
ATA Nº 10

5.ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2021

27 DE DEZEMBRO DE 2021

----- Aos vinte e sete dias, do mês de dezembro, do ano de dois mil e vinte e um, pelas dez horas e quinze minutos, na Casa do Povo da Vila das Lajes, reuniu a Assembleia Municipal da Praia da Vitória na quinta sessão ordinária do ano de dois mil e vinte e um. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros: -----

----- Paulo Manuel Martins Luís - PPD/PSD, Sandra Isabel Ávila Galvão - PPD/PSD em substituição de Maria Judite Gomes Parreira - PPD/PSD, Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto - CDS-PP, Graça das Mercês da Silva Brum Pereira - PPD/PSD, João Paulo Rocha Ávila - PPD/PSD, Diana Maria Nunes Simões - CDS-PP, Lisandra Marina Barcelos Valadão - PPD/PSD, Filipe Barcelos Rocha - PPD/PSD, Vânia de Fátima Sousa Leal Oliveira - PPD/PSD, Valdemar Manuel Dias Toste - CDS-PP, Maria de Fátima Alves Homem - PS, Eulália Ferreira Toste Leal - PS em substituição de Carlos Manuel Pimentel Enes - PS, Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt - PS, Valter Manuel Linhares Peres - PS, Carina Marlene Pires Dias - PS, Daniela Filipa Arruda Medeiros - PS em substituição de Agostinho Toste Simões - PS, Ricardo António Ferraz da Rosa - PS em substituição de Daniela Leal de Andrade - PS, José Adriano Meneses Laranjo - PS, José Manuel de Aguiar Paim - PS, Miguel da Costa Bettencourt - GCE em substituição de Rita Lemos Borges Bettencourt - GCE, Bruno Manuel de Aguiar Borges - GCE, Kathleen Valadão de Aguiar em substituição de Hélio Adriano de Melo Rocha - Junta de Freguesia da Agualva, Luís Carlos Duarte Vieira - Junta de Freguesia dos Biscoitos, Marco Paulo Homem Andrade em substituição de Osvaldo Manuel Borges de Sousa - Junta de Freguesia do Cabo da Praia, John Oliveira Borges - Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo, Paulo Rui Pacheco de Sousa - Junta de Freguesia das Fontinhas, César Leandro da Costa Toste - Junta de Freguesia da Vila das Lajes, Raquel Santos Mendonça - Junta de Freguesia do Porto Martins, Bruno Narciso Meneses Lopes - Junta de Freguesia das Quatro Ribeiras, António Manuel Mendonça Borges - Junta de Freguesia de Santa Cruz, Marco Aurélio Ferreira Toste - Junta de Freguesia de São Brás e Paula Maria da Silva Gonçalves em substituição de Vasco Miguel Valadão de Lima - Junta de Freguesia da Vila Nova.-----

----- Verificou-se a ausência dos seguintes membros:-----

----- Maria Judite Gomes Parreira - PPD/PSD, Carlos Manuel Pimentel Enes - PS, Agostinho Toste Simões - PS, Daniela Leal de Andrade - PS, Rita Lemos Borges Bettencourt - GCE, Hélio Adriano de Melo Rocha - Junta de Freguesia da Agualva, Osvaldo Manuel Borges de Sousa - Junta de Freguesia do Cabo da Praia e Vasco Miguel Valadão de Lima - Junta de Freguesia da Vila Nova.-----

----- À presente reunião apresentaram pedidos de substituição, nos termos do número um do artigo setenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, e que foram aceites, os seguintes membros:-----

----- Maria Judite Gomes Parreira - PPD/PSD, Carlos Manuel Pimentel Enes – PS, Agostinho Toste Simões – PS, Daniela Leal de Andrade – PS, Rita Lemos Borges Bettencourt – GCE, Hélio Adriano de Melo Rocha - Junta de Freguesia da Aigualva, Osvaldo Manuel Borges de Sousa - Junta de Freguesia do Cabo da Praia, Vasco Miguel Valadão de Lima - Junta de Freguesia da Vila Nova e Simão Pedro Meneses Fonseca – PS.-----

----- Para além da Sra. Presidente da Câmara Municipal, participaram na sessão os seguintes Vereadores: -----

----- Ricky Joe Baptista, Paula Cristina Borges de Sousa, Otilia Maria de Sousa Martins, Berto José Branco Messias, Marco Euclides Lemos Martins e Pedro Jorge Mendes Machado.-----

----- Participou a sua falta à reunião, nos termos do número três do artigo quarenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, os seguintes membros da Câmara Municipal:-----

----- Isménia Carvalho Landeiro Alves. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O Presidente da Mesa apresentou as seguintes considerações:-----

----- 1ª – Considerando o atual estado pandémico e na sequência das deliberações da Direção Regional da Saúde, pediu a todos que mantivessem a máscara e, por opção de cada um, apenas retirassem a mesma aquando de alguma intervenção; -----

----- 2ª – Agradeceu à Casa do Povo das Lajes a disponibilização do espaço para a realização daquela sessão; -----

----- 3ª – Considerando o ponto dois do artigo nono do Regimento daquela Assembleia, informou que a próxima sessão ordinária da mesma seria noutra freguesia do concelho; -----

----- 4ª – Informou que já estava previsto o agendamento das sessões da Assembleia, para o ano de dois mil e vinte e dois e que o mesmo seria encaminhado a cada um dos deputados; -----

----- 5ª – Solicitou à 1ª secretária que informasse todos os deputados da palavra passe do *wireless* daquele espaço, tendo a mesma procedido em conformidade.-----

----- ATA DA REUNIÃO DE QUINZE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM – TOMADA DE POSSE: -----

----- Submetida a votação, a Ata foi aprovada, por maioria, com vinte e nove votos a favor, doze do PPD/PSD, catorze do PS, três do CDS-PP e três abstenções, uma do PSD e duas do GCE. -----

----- O Deputado Miguel Bettencourt apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “O GCE – Esta é a Nossa Praia absteve-se na votação da ata da AMPV, de quinze de outubro de dois mil e vinte e um, tomada de posse, dada a eleição da Mesa da AMPV, para o quadriénio de dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e cinco não ter ocorrido nos termos da lei em vigor, conforme declarado pela deputada deste GCE – Rita Borges Bettencourt, na sua intervenção a esse respeito na terceira sessão extraordinária da AMPV do dia vinte e cinco do dez de dois mil e vinte e um.” -----

----- ATA DA REUNIÃO DE VINTE E CINCO DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM – TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA: -----

----- Submetida a votação, a Ata foi aprovada, por maioria, com vinte e nove votos a favor, doze do PPD/PSD, três do CDS-PP, catorze do PS e três abstenções, uma do PSD e duas do GCE. -----

----- O Deputado Miguel Bettencourt apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “O GCE – Esta é a Nossa Praia absteve-se na votação da ata da AMPV, de vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e um – sessão extraordinária, dada a irregularidade verificada nas eleições correspondentes aos pontos da ordem de trabalhos, cujas repetições ocorreram na sessão extraordinária da AMPV a vinte e nove do onze de dois mil e vinte e um.” -----

----- ATA DA REUNIÃO DE VINTE E NOVE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM – QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA: -----

----- A Deputada Maria de Fátima Homem apresentou uma correção à ata. -----

----- O Deputado Miguel Bettencourt apresentou uma correção à ata. -----

----- Submetida a votação, a Ata foi aprovada, por maioria, com vinte e nove votos a favor, doze do PPD/PSD, três do CDS-PP, catorze do PS e três abstenções, uma do PSD e duas do GCE. -----

----- De seguida foram apresentados os seguintes votos: -----

----- Pelo Grupo de Cidadãos Eleitores – Esta é a Nossa Praia: -----

----- Voto de Pesar, pelo falecimento do cidadão e atleta exemplar Sr. João Valentim Borges Lestinho, lido pelo Deputado Miguel Bettencourt. -----

----- O Deputado Valter Peres usou da palavra e disse que a bancada do PS se associava ao voto. -----

----- O Deputado Pedro Pinto usou da palavra e disse que o CDS-PP se associava ao voto. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade. -----

----- Pelo Grupo do PPD/PSD.CDS-PP: -----
----- Voto de Saudação, ao Clube Naval da Praia da Vitória, à sua direção, equipa técnica e todos os voluntários, pela organização do Campeonato do Mundo de Fórmula Foil 2021, lido pela Deputada Diana Simões. -----
----- **O Deputado Valter Peres** usou da palavra e disse que a bancada do PS se associava ao voto. -----
----- **O Deputado Miguel Bettencourt** usou da palavra e disse que o GCE se associava ao voto. -----
----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----
----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do PS: -----
----- Voto de Protesto, contra o fim dos encaminhamentos gratuitos para passageiros não residentes, que provocará uma substancial quebra de passageiros no aeroporto das Lajes, potenciando um decréscimo na atividade turística da ilha, lido pelo Deputado Válder Peres. -----
----- **O Deputado Filipe Rocha** usou da palavra e disse que a bancada do PSD ia votar contra o voto apresentado. -----
----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse que o CDS-PP ia votar contra o voto apresentado. -----
----- **O Deputado Valter Peres** interveio e disse que o voto apresentado tinha o intuito de defender a Terceira e acrescentou que não se lembrava de haver alguma entidade da ilha que achasse que os encaminhamentos gratuitos fosse prejudicial à mesma. Concluiu questionando o Deputado Pedro Pinto sobre a sua opinião acerca dos encaminhamentos gratuitos para não residentes. -----
----- **O Deputado Pedro Pinto** respondeu que, havendo outro texto em discussão, talvez o CDS-PP se associasse ao mesmo, mas o que o Deputado Valter Peres tinha defendido no seu voto e reiterado na anterior intervenção era que o PS defendia ilegalidades, ou seja, comunicava à União Europeia um tipo de serviço público, com o correspondente financiamento, e depois, praticava um financiamento completamente diferente. Concluiu dizendo que, caso o Deputado Valter Peres quisesse debater o tema “transportes aéreos” estavam disponíveis para tal. -----
----- **O Deputado Filipe Rocha** usou da palavra e disse que defender a Terceira não era garantir que apenas a visitassem de graça, mas sim transformar a mesma num sítio com competências suficientes para a visitarem. Acrescentou que, se desenganassem se julgavam que os encaminhamentos gratuitos para não residentes eram a solução, pois estes eram um artifício mágico socialista, isto é, pagar/subsidiar constantemente tudo porque só assim podiam pôr a economia a trabalhar, mas não era dessa forma que se fazia. Concluiu dizendo que as contas da SATA haveriam de ser discutidas em todo o lado, inclusive naquele órgão, e eram o reflexo de vinte anos de socialismo. -----
----- **O Deputado Valter Peres** interveio e disse que ninguém pedia para virem de graça, até porque os turistas pagavam para chegar aos Açores, sendo que o que se pedia

era que esse valor fosse dividido por várias ilhas. De seguida, dirigiu-se ao Deputado Pedro Pinto e disse que o PS estava ao lado dos terceirenses e que o PS que ele representava estava ao lado dos praienses. Concluiu, lembrando que o Deputado Pedro Pinto ainda não tinha respondido à sua anterior questão sobre os encaminhamentos gratuitos. Esclareceu, ainda, que aquele voto era apenas para protestar por terem acabado com os encaminhamentos gratuitos para não residentes. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse que a anterior intervenção vinha contradizer o voto apresentado, isto é, ninguém estava a pedir para ser de graça os encaminhamentos gratuitos, mas se estes eram gratuitos então eram de graça e para serem de graça para o passageiro alguém tinham de pagar por isso e esse alguém era o orçamento da Região Autónoma dos Açores, que era quem pagava o serviço público de transporte aéreo e inter-ilhas, ou seja, todos os açorianos. -----

----- **O Deputado Valter Peres** interveio e disse que as graçolas e risadas não ajudavam em nada os praienses. Disse que não havia qualquer contradição nas suas palavras, pois o termo “encaminhamento gratuito” era o nome do programa, mas as pessoas visitavam os Açores, compravam a viagem para os Açores e era disso que se tratava, pois, a promoção era feita para os Açores e se assim era que não fosse apenas para São Miguel. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** lembrou que na sua primeira intervenção tinha dito que se era para debaterem os transportes aéreos, estavam ali para o fazer, mas o Deputado Valter Peres insistia em sustentar aquilo a que chamava um programa de encaminhamentos, que era ilegal, para trazer pessoas para a Terceira, ao invés de querer discutir o cerne da questão, que era terem ou não voos da SATA a ligar a Terceira ao continente. -----

----- **O Deputado Valter Peres** usou da palavra e disse que o voto em causa não dizia nada do que tinha sido mencionado na anterior intervenção e lembrou que aquele era apenas um voto, que estavam a votar um voto. Por fim, disse que continuava sem resposta à sua questão. -----

----- **A Deputada Maria de Fátima Homem** questionou o Deputado Pedro Pinto se alguma vez, a União Europeia se havia manifestado contra o programa em causa, ou se era o Governo Regional que não queria ajudar os açorianos naquele aspeto. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** respondeu que se soubesse que iam ter aquele tema em debate teria trazido uma cópia do Jornal Oficial da União Europeia de dois mil e quinze, o de dois mil e vinte, bem como o Jornal Oficial com o texto das obrigações de serviço público, lançadas em dois mil e dezasseis e as lançadas recentemente para facultar aos presentes. Disse que, tinham ficado a perceber que, para o PS, pouco interessava a palavra, mesmo a que era escrita num jornal oficial. Informou que, não estavam contra os encaminhamentos e que se tivessem escrito no texto do comunicado para a União Europeia que era encaminhamento de residentes, estudantes e de todos os outros turistas, seguramente aquele governo teria implementado o mesmo, mas quem tinha escrito em dois mil e quinze tinha sido quem tinha escrito em dois mil e vinte, residentes e estudantes, nunca tinha considerado visitantes/turistas, sendo que depois

tinham criado um programa ilegal de financiamento dos encaminhamentos destes e, portanto, o PS estava do lado da ilegalidade e não podia ser mais esclarecedor. -----

----- **O Deputado José Laranjo** interveio e disse que era curioso que naquele momento se fosse buscar todo o passado, que era curioso que tudo o que havia sido feito em vinte e quatro anos tinha sido ilegal e mal feito e que o que era feito pelo atual Governo Regional era muito bem feito. Acrescentou que, era igualmente curiosa uma expressão que tinha ouvido de elementos do PSD, ou seja, “...*estamos a assistir a um déjà vu...*”, e realmente estavam, pois era do tempo em que os Açores eram São Miguel e o resto era paisagem e, infelizmente, o que estavam a assistir era a um retrocesso e regresso a esse tempo, que em nada abonava o desenvolvimento da Terceira e da Praia da Vitória, que estavam ali para defender, o que era lamentável. -----

----- **O Deputado Bruno Borges** usou da palavra e disse que o GCE se associava ao voto. -- -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi reprovado por maioria, com dezasseis votos contra, treze do PPD/PSD, e três do CDS-PP e um voto de qualidade do Presidente da Mesa e dezasseis votos a favor, catorze do PS e dois do GCE.** -----

----- **O Deputado Valter Peres** interveio para esclarecer se era um Voto de Qualidade do Presidente da Mesa, tendo-lhe sido respondido que sim. -----

----- Pelo Grupo de Cidadãos Eleitores – Esta é a Nossa Praia:-----

----- Voto de Pesar, pelo falecimento do cidadão e atleta exemplar Sr. Eduardo Manuel Barcelos, lido pelo Deputado Bruno Borges. -----

----- **O Deputado Valter Peres** usou da palavra e disse que a bancada do PS se associava ao voto. -----

----- **A Deputada Diana Simões** usou da palavra e disse que o CDS-PP se associava ao voto. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo de Cidadãos Eleitores – Esta é a Nossa Praia:-----

----- Voto de Pesar, pelo falecimento do cidadão João Manuel dos Santos Rodrigues, lido pelo Deputado Bruno Borges. -----

----- **A Deputada Diana Simões** usou da palavra e disse que o CDS-PP se associava ao voto. -----

----- **A Deputada Maria de Fátima Homem** usou da palavra e disse que o PS se associava ao voto. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo de Cidadãos Eleitores – Esta é a Nossa Praia:-----

----- Voto de Louvor, ao cidadão Luís Gil Bettencourt, lido pelo Deputado Miguel Bettencourt. -----

----- **A Deputada Maria de Fátima Homem** usou da palavra e disse que a bancada do PS se associava ao voto.-----

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse que o CDS-PP se associava ao voto.-----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- Pelas onze horas e vinte minutos iniciou-se o período da Ordem do Dia. -----

----- **1. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.** -----

----- **2. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL DESENVOLVIDA NO PERÍODO DE 11 DE SETEMBRO A 9 DE DEZEMBRO DE 2021;** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **O Deputado José Laranjo** colocou três questões: -----

----- 1ª Questão – Em que situação se encontrava o PDM; -----

----- 2ª Questão – Se a Câmara da Praia havia tido alguma ação no assinalar dos cento e vinte anos de Vitorino Nemésio;-----

----- 3ª Questão – Relativamente ao Festival da Cerveja, quanto é que tinha custado à Câmara a sua participação e qual o critério na seleção das entidades a participar no mesmo.-----

----- **O Deputado Miguel Bettencourt** colocou duas questões:-----

----- 1ª Questão – Relativamente à reeleição dos órgãos sociais da Cooperativa Praia Cultural, o que tinha levado ao esvaziamento da representação cultural da Praia da Vitória na direção em causa; -----

----- 2ª Questão – Relativamente às festividades de Natal, o porquê de terem optado por um formato em espaço fechado, o porquê daquela localização e se já tinham indicativos do retorno financeiro do comércio, decorrente das mesmas. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal**, relativamente às questões colocadas pelo Deputado José Laranjo, respondeu que: -----

----- 1ª Questão - uma primeira fase estava totalmente terminada, estavam a avançar na segunda, sendo que tinham algumas dificuldades em perceber se os técnicos da Câmara podiam fechar a situação em causa, pois, em termos técnicos, obrigava a determinadas competências que eles próprios sentiam dificuldades, o que poderia obrigar ao recurso de alguma entidade externa. Informou, ainda, que iam fazer o máximo de avaliação possível, de forma a tentar não recorrer ao exterior e que se tivessem de o fazer que fosse no sentido de adjudicar só os serviços essenciais para ter o mínimo de custos. -----

----- 2ª Questão – tinham participado nas comemorações em conjunto com Penacova, cidade geminada com a Praia da Vitória. Informou que, tinha sido dada nota pública em

relação a isso, que os funcionários camarários tinham feito um trabalho em vídeo, tinha havido uma mensagem que tinha sido passada e levada a Penacova. Referiu que, a intenção era ir fazendo aquela articulação com a referida cidade irmã, para poderem fazer a valorização de Vitorino Nemésio ao longo do corrente ano e não somente na comemoração do dia em si.-----

----- 3ª Questão – tinha ficado a cargo da Câmara a montagem e desmontagem de todo o espaço, bem como o respetivo licenciamento do ruído e a restante organização a cargo da empresa organizadora do festival. Informou que, umas das questões que tinha exigido era que as empresas da ilha fossem contatadas, tendo-lhe sido garantido que a Briana e a Tasca do Ramo Grande o iam ser, sendo que era público que esta última, ao ser contatada, tinha achado que a faltar quinze dias para o festival era muito limitativo, o que era legítimo, mas aquele era o período para toda a organização do festival.-----

----- Ainda A Presidente da Câmara Municipal, e relativamente às questões colocadas pelo Deputado Miguel Bettencourt, respondeu que: -----

----- 1ª Questão - as entidades continuavam a fazer parte dos órgãos, não faziam parte da direção e em sede de Assembleia todas elas tinham um momento e se manifestavam e, a todo o momento, estavam abertos a receber qualquer tipo de proposta de qualquer entidade e até mesmo das que não faziam parte dos órgãos, porque, enquanto representantes do município, não estavam a fechar a porta a ninguém, antes pelo contrário. Acrescentou que, quem queria e achava que tinha condições para ficar, ficava e quem entendia que não o podia fazer, afastava-se. Em relação aos elementos da filarmónica, disse que esta tinha assento “obrigatório” por ter a vice-presidência, logo, se já estava representada, não tinha ficado com dois elementos na direção, dando lugar a outro elemento. -----

----- 2ª Questão – tinham recebido algumas críticas, nomeadamente na data de abertura da iluminação, sendo que a data em causa tinha sido uma escolha do executivo de forma a perspetivar o máximo de trabalho feito pelos colaboradores e poderem ter um momento em grande, isto é, a abertura da iluminação, acompanhada do desfile e abertura da Aldeia de Natal. Informou que, os colaboradores tinham trabalhado afincadamente para estar tudo pronto no dia oito, sendo que, mesmo assim, depois desse dia ainda tinham estado a acabar algumas montagens, facto esse que se deveu, principalmente, a terem chegado à Câmara a dezoito de outubro e nada estar preparado para que o Natal acontecesse. Reforçou a informação de que tudo tinha acontecido graças à boa vontade dos colaboradores, pois apenas tinham feito algumas escolhas, tudo o resto tinha dependido dos mesmos. Em relação à estrutura e localização da Aldeia de Natal, disse que a escolha se deveu ao facto da estrutura já estar montada, rentabilizando assim a mesma. Disse que poderiam ter perspetivado mais alguns momentos no exterior, mas sempre na base da instabilidade climática. Confessou que, relativamente às atividades no exterior, a adesão não tinha sido a melhor, até mesmo a aceitação por parte dos comerciantes não tinha sido a melhor. Referiu que, a Câmara teria sempre a melhor das intenções para se unir aos comerciantes, sendo que ficavam à espera que estes dessem um sinal de que queriam que se criasse momentos para os beneficiar. Concluiu, informando que no início do ano iam reunir com todos os comerciantes para

fazerem um balanço e perspetivar o ano de outra forma, pelo que, só depois disso poderia informar quanto ao retorno financeiro. -----

----- **O Deputado Valter Peres** interveio e disse que, relativamente aos cento e vinte anos de Nemésio, não tinha ficado satisfeito com a justificação dada. Acrescentou que, Vitorino Nemésio era uma figura central para o concelho da Praia da Vitória e era muito importante que se percebesse isso. Disse saber que Penacova, nos últimos anos, vinha a desenvolver um trabalho relativamente a isso, mas não podia ser a locomotiva naquela questão, mas sim a Praia da Vitória. Acrescentou que, cento e vinte anos não era uma data qualquer e “ir a reboque” das atividades que Penacova tinha marcadas para isso, era pouco. Confessou que, gostava que a Câmara da Praia tivesse assinalado claramente a data. Relativamente à Cooperativa, disse que lhe tinha parecido que a Sra. Presidente tinha feito a comparação entre a Assembleia e a Direção, o que era um pouco abusivo, a importância, o desvalorizar porque estavam na Assembleia, uma vez que estando na Direção tinham uma importância e palavra diferentes. Quanto ao estar longe do centro, disse que aquela medida, no seu entender, não tinha sido a mais positiva, do ponto de vista económico. Informou que, na sua opinião, gostaria que tivesse havido mais animação cultural junto do comércio tradicional e deixou um agradecimento à equipa que preparou o Natal, bem como à Sra. Presidente. Concluiu, questionando qual a razão para a não atribuição dos cabazes de Natal. -----

----- **O Deputado Miguel Bettencourt** lembrou que o GCE não tinha falado na iluminação nem no arranque oficial das festividades de Natal, até porque, pessoalmente achava o dia oito uma data perfeita. Informou que, também reconheciam a vontade dos colaboradores, sendo que esta já vinha de há muitos anos. Relativamente ao modelo escolhido para a Aldeia de Natal, ao clima instável da Região, disse que era assim em todo o lado, mas as festividades de Natal eram, maioritariamente, ao ar livre. Em relação à Cooperativa Praia Cultural, esclareceu que tinha feito referência à Direção e não aos órgãos sociais na sua totalidade, isto por um motivo muito específico, ou seja, por achar que as instituições culturais não estavam representadas na Assembleia Fiscal e no Conselho Fiscal, os cooperantes sim, mas achava que era diferente e pediu que o corrigissem se estivesse enganado. Concluiu dizendo que queriam apenas manifestar a preocupação e disse não ter percebido o motivo para o esvaziamento, nem se a representatividade se tinha afastado de livre vontade ou se tinha sido o passar de um atestado de incompetência por não apresentarem propostas. Referiu, ainda, que este esvaziamento da Direção de instituições culturais só ia agravar a separação que poderia existir entre as iniciativas que estas instituições poderiam, ou não, apresentar e a gestão da Cooperativa Praia Cultural. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse que, se bem havia percebido, havia uma equipa de funcionários camarários que se ocupava, anualmente, da organização dos festejos natalícios e que não tinha nenhum trabalho preparatório feito, tal como havia uma Casa de Nemésio, onde haveria uma equipa a trabalhar, pelo que gostaria de saber se essa mesma equipa havia apresentado algum trabalho para assinalar a referida data ou se a Câmara é que tinha tomado a iniciativa de mandar fazer e executar o plano. Relativamente à informação do setor jurídico, nos processos judiciais

pendentes, logo o primeiro referenciado que opunha o CDS-PP e a Prof. Emiliania Silva, contra o município, a informação podia estar muito correta, do ponto de vista jurídico, mas como era uma informação para ser avaliada do ponto de vista político, sugeria que houvesse um pouco mais de cuidado na elaboração do texto, isto é, que a informação expressa fosse mais exata. -----

----- **O Deputado César Toste** saudou a Câmara pela postura de humildade que esta havia tido no início das suas funções, nomeadamente no respeitante à reunião com todas as juntas de freguesias, procurando fazer um contato e uma abertura, a cem por cento, relativamente às pretensões/forma de gerir o mandato. Reforçou a mensagem à Câmara de que aquele era o caminho, que quando as dez freguesias, a vila e a Câmara estivessem unidas, aí sim tinham um desenvolvimento harmonioso. Saudou, igualmente a forma como a Câmara tinha preparado a delegação de competências para dois mil e vinte e dois. Concluiu, dando os parabéns à Câmara pela humildade que esta estava a mostrar na feitura das suas atividades e deu como exemplo a oportunidade dada às freguesias de participarem nos cortejos de Natal realizados. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** iniciou a sua intervenção agradecendo ao Deputado César Toste o reconhecimento pelo trabalho realizado e acrescentou que, quanto aos festejos de Natal, se houvesse uma condição financeira diferente, teriam a capacidade de fazer um Natal diferente, mas uma vez que o compromisso era o de agirem de forma cautelosa, apenas tinha sido possível o realizado. Relativamente à questão sobre os cabazes de Natal, respondeu que tinha sido uma decisão, dada a situação financeira da Câmara e por terem tomado conhecimento que todas as instituições, que durante o ano desenvolviam um trabalho de apoio à comunidade, com o reforço de apoio financeiro dado pelo Governo Regional tiveram condições para apoiar todas as famílias carenciadas do concelho. Informou, ainda, que tinham recebido o contato de um particular cedendo cem vouchers, mas tinham optado por não ser a Câmara a os distribuir, mas sim entregar os mesmos a uma instituição competente para o fazer, sendo assim, pelo menos, o Natal tinha ficado assegurado. Quanto à intervenção do Deputado Miguel Bettencourt, disse que, estatutariamente era obrigatório constar da Direção unicamente a filarmónica, sendo que todas as outras era por opção. Acrescentou que não tinha havido nenhum tipo de afastamento, mas sim o reconhecimento de que era necessário numa direção constituir um núcleo duro de trabalho, o que não acontecia anteriormente. Informou, ainda, que tinha solicitado a apresentação de propostas de listas, sendo que a única apresentada e consequentemente votada, tinha sido a do município. Em relação aos cento e vinte anos de Nemésio, respondeu que os funcionários não tinham nada perspetivado, mas com o cruzamento de dados com Penacova, o que tinham entendido, em termos de colaboração, tinha sido preparar os vídeos e a sessão via online. Disse aceitar a crítica, como sendo construtiva, de que o trabalho realizado era pouco, pois tinham muito mais trabalho a desenvolver e reconhecia que era verdadeiramente importante para a Praia fazer a valorização de Nemésio. Relativamente ao processo jurídico, disse lamentar que a informação não estivesse toda bem explícita e ia solicitar junto de quem havia preparado o documento, -----

para ter um maior cuidado e agradeceu o reparo, pois só daquela forma é que conseguiam melhorar. -----

----- **O Deputado Valter Peres** lembrou que não haviam falado em dinheiro, mas sim em formato, relativamente ao Natal. Disse que, começava a aparecer uma forma de fazer as coisas em que estava tudo justificado, até o Deputado Pedro Pinto dizia que a culpa era dos funcionários que não tinham sido proativos, mas quando entrava um executivo este é que tinha que avançar com as propostas e, na sua opinião, os funcionários eram competentes e faziam um bom trabalho. Relativamente aos cabazes de Natal, disse achar que não era um problema usar os vouchers de um particular, antes pelo contrário, devia ser usado, tal como devia ser usado todo o tipo de donativos e achava que a Câmara não se devia colocar fora daquele processo. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse que, em relação à suposta crítica aos funcionários, apenas tinha feito uma pergunta à Sra. Presidente, na sequência da informação que esta lhes tinha transmitido e lembrou as questões colocadas. Acrescentou que, o Deputado Valter Peres tinha dado a conhecer aos presentes, que os funcionários apenas faziam o que a Câmara mandava, o que fazia com que houvesse duas formas de gerir diferentes, ou seja, uma em que a Câmara mandava fazer tudo como queria e os funcionários obedeciam e outra que era esperar que, à partida, houvesse algum planeamento feito para esta poder tomar uma decisão informada, o que aparentemente não tinha acontecido em duas situações. Relativamente aos cabazes de Natal disse compreender a retórica utilizada pelo Deputado Valter Peres e, portanto, para este não havia mal nenhum em duplicar apoios sociais. Disse que, a Câmara não tendo recursos financeiros, cortou com os cabazes, recebeu os vouchers e para que não houvessem dúvidas de que não é que os estava a dar, o que já havia acontecido no passado, tinha atribuído a gestão dos mesmos às instituições que estavam no terreno todos os dias a dar apoio social e, mesmo assim, recebiam a crítica do PS, o que compreendiam e aceitavam porque sabiam que aquela não era a prática do PS, isto é, a prática do PS era centrar toda a gestão de tudo nos seus líderes, para depois pedir o voto, mas, naquele caso, tinham uma atuação diferente, mais democrática. -----

----- **O Deputado Valter Peres** interveio e esclareceu que apenas tinha referido que o Deputado Pedro Pinto estava a arranjar uma desculpa e era claro que os funcionários faziam o trabalho, apenas achava que um executivo não podia ficar sentado à espera que os funcionários trouxessem o trabalho para apenas darem o visto. Em relação aos cabazes, disse que não era uma questão de duplicar apoios, mas sim que a Câmara da Praia pudesse assumir a liderança do processo junto dos presidentes de junta, porque estes é que os conheciam bem, era a ação social da Praia, que tinha um excelente gabinete, que os conhecia bem e, assim, chegar mais próximo das pessoas. -----

----- **O Deputado José Laranjo** usou da palavra e disse que, há quatro anos a Câmara do PS nada fazia, da bancada da oposição muito mais se exigia à Câmara da Praia da Vitória, com a agravante de no início do mandato se dizer que esta nada iria fazer porque estava limitada pelo Tribunal de Contas, sendo que, naquele momento, o que não se fazia era por culpa da Câmara anterior, ou por não haver dinheiro. Posto isso,

concluiu que, durante quatro anos tinha-se achado sempre pouco para o concelho da Praia da Vitória e para os praienses, mas atualmente era tudo demais, tudo bom. -----

----- **O Deputado César Toste** interveio e disse que, na sequência da intervenção do Deputado Valter Peres, nem as juntas de freguesia conheciam realmente todos os pobres, nem deviam liderar aqueles processos, mas sim as instituições que todo o ano lidavam com as pessoas em causa. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **3. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRAÇÃO DE FINANCIAMENTO DE CURTO PRAZO, NA MODALIDADE DE CONTA CORRENTE, ATÉ AO MONTANTE DE DOIS MILHÕES DE EUROS, A MOVIMENTAR DURANTE O ANO DE 2022 – RELATÓRIO DE ANÁLISE.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **O Deputado Bruno Borges** interveio e questionou se, o que havia sido previsto no ano anterior, referente a um milhão, novecentos e cinquenta mil, já havia sido pago.--

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que estavam a fazer o fecho de contas e a trinta e um de dezembro teriam a conta caucionada limpa. -----

----- **O Presidente da Mesa** informou que, por razões profissionais apresenta escusa do voto pelo que não ia votar o ponto em causa. -----

----- **Submetido à votação, a proposta, foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **4. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE NOTA JUSTIFICATIVA REFERENTE AO MAPA DE PESSOAL 2022, DO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA, ELABORADO NOS TERMOS DO ARTIGO 29º DA LEI N.º 35/2014, DE 20 DE JUNHO.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **O Deputado Miguel Bettencourt** questionou quantos técnicos superiores existiam na Divisão Administrativa e Jurídica, independentemente se eram da área de direito ou não e quantos eram de direito. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que a divisão em causa era composta por três técnicos superiores, sendo um deles chefe de divisão e acumulava funções, não tendo, muitas vezes a disponibilidade para efetuar o trabalho técnico necessário, três administrativos e uma assistente técnica na área do notariado. Disse que, podia haver excedente de funcionários em algumas categorias, mas não em todas e que se tivesse havia contratação e uma melhor distribuição pela real necessidade, talvez não falassem em excedente. Concluiu dizendo que o que era necessário era os serviços estarem equilibrados de forma a dar a melhor resposta.-----

----- **O Deputado Miguel Bettencourt** questionou se nos últimos seis meses tinha havido contratação de algum técnico superior de direito para a divisão em questão.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que tinha sido feita uma contratação, sendo que esta já estava incluída no número indicado anteriormente.-----

----- **Submetido à votação, a proposta, foi aprovada por maioria com dezoito votos a favor, treze do PSD, três do CDS-PP e dois do GCE e catorze abstenções do PS.**-----

----- **O Presidente da Mesa**, eram doze horas e cinquenta minutos, interveio e propôs que se fizesse um intervalo para almoço, o qual foi aceite.-----

----- Pelas quinze horas e dez minutos reiniciaram-se os trabalhos.-----

----- **5. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA, PARA O ANO DE 2022.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **O Deputado José Laranjo** iniciou a sua intervenção corrigindo uma gralha presente na primeira página do capítulo dois do documento em análise, ou seja, havia a troca do nome de dois presidentes de junta de freguesia. De seguida, disse ter ficado admirado por não haver referência ao cais de cruzeiros na Praia da Vitória. Relativamente à transferência de capital, e pegando nas palavras da Sra. Presidente “...a pesada herança do executivo anterior...”, disse que era pena que esta também não tivesse dito que os valores que deveriam ter sido recebidos da Região Autónoma dos Açores, em dois mil e vinte e um, tinham transitado para dois mil e vinte e dois, sendo que, só ali, estavam a falar de um milhão e setecentos mil euros. Posto isso, e tendo em conta os valores que a Sra. Presidente, na última sessão da AMPV, tinha mencionado, como estando em falta receber do Governo da Região, apenas ficava a faltar um milhão e meio de euros, portanto, não era tão penosa a situação como a queriam pintar. Relativamente ao Plano e Orçamento, disse haver algumas rubricas que gostava de ver esclarecidas, nomeadamente:-----

----- Rúbrica 020121 Outros Bens – apenas era especificado cinco mil euros para organização e logística, logo a que se referia os restantes cerca de quinhentos mil;-----

----- Rúbrica 020225 Outros Serviços – a que se referiam os valores afetos à designação “Outros”.-----

----- **O Deputado João Paulo Ávila** usou da palavra e disse que, relativamente à empreitada de sobras e estradas, iniciada no mandato anterior e que ainda não tinha sido concluída, em que ponto estava a mesma.-----

----- **A Deputada Eulália Leal** interveio e, relativamente às receitas fiscais, nomeadamente na rubrica Taxas, Multas e Outras Penalidades, questionou o porquê das diferenças percentuais significativas que se verificavam de dois mil e vinte e um para dois mil e vinte e dois.-----

----- **O Deputado Filipe Rocha** questionou se o Orçamento em estudo, que evidenciava um claro buraco negro, ia colocar em causa a ação/programa eleitoral da Câmara.-----

----- **O Deputado Bruno Borges** questionou:-----

----- 1ª Questão – se nos vinte e quatro milhões de euros, estava prevista a auditoria externa financeira aos recursos humanos;-----

----- 2ª Questão - na previsão de receitas, especificamente na página vinte e cinco do documento em causa, onde estava ilustrado Venda de Bens de Investimento, havia uma diferença de valores de dois mil e vinte e um para dois mil e vinte e dois, que supunha ser referente aos terrenos de Santa Rita, por isso, gostava de saber o que ia acontecer com os mesmos para que não houvesse receita;-----

----- 3ª Questão – relativamente ao *Terceira Tech Island*, enalteceu o facto de estar previsto investimento, mas gostaria de perceber onde o mesmo ia ser feito e o que ia ser feito;-- -----

----- 4ª Questão – relativamente ao objeto quarenta e dois, que tinha que ver, um pouco, com a delegação de competências nas juntas de freguesia, ou seja, a Sra. Presidente tinha dito que os valores referentes às juntas de freguesia se mantinham iguais, isto é, havia um aumento de noventa e cinco por cento na delegação de competências e o regulamento também ficava igual, pelo que, pelas suas contas havia um saldo negativo de cinquenta mil euros, pois em dois mil e vinte e um era sessenta mil euros e, naquele momento, passava para dez mil, fazendo com que desaparecesse cinquenta mil euros, havia uma diminuição;-----

----- 5ª Questão – relativamente às transferências para a Praia Ambiente, havia uma redução na ordem dos vinte mil euros, que era o apoio à água e aos resíduos das juntas de freguesia, e se fizessem contas, estas não andavam muito longe daquilo que acontecia no passado. Posto isso, questionou se o verificado ia de encontro com as necessidades das juntas de freguesia. Concluiu dizendo que, das transferências mencionadas, também tinham sido retiradas para as IPSS, em que havia a comparticipação, por parte da Câmara, na eliminação da taxa da água e dos resíduos. ---

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao Deputado José Laranjo que:-

----- 1º – ia pedir aos serviços para retificarem o verificado e, desde logo, pediu desculpas aos Srs. Presidentes de junta em causa. -----

----- 2º – relativamente ao cais de cruzeiros, aquele era um investimento do Governo Regional e, obviamente a autarquia tinha que ser parceira, portanto, não era um investimento previsto naquele Orçamento. Informou, ainda que havia verba inscrita no Orçamento do Governo Regional para se iniciarem estudos em relação a esse assunto. ---

----- 3º – relativamente aos quinze mil euros, para animação da cidade, diziam respeito ao Programa Vitória para que pudesse haver algum complemento/tipo de atividade para dinamização do comércio. Relativamente à rubrica Outros Bens, disse que esta tinha como finalidade cobrir alguma despesa não prevista. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao Deputado João Paulo Ávila dizendo que, as empreitadas de sobras e estradas já realizadas eram as do Porto Martins a Santa Cruz, estando por realizar nas Fontinhas a Canada dos Batistas, nas Lajes a Rua do Ramo Grande e a Rua da Caldeira, em São Brás a Rua dos Lourais, na Vila Nova o Pico de Rocha e na Agualva a Canada Grande. Relativamente a sumidouros, tinham nos Biscoitos a Canada da Abraçada e nas Fontinhas a Canada dos Batistas. Informou, ainda, que a retoma seria em janeiro, até ao término da empreitada.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu à Deputada Eulália Leal dizendo que aqueles valores se deviam a uma imposição da DGAL e, por isso, havia

aquela alteração na contabilização perante aquelas taxas e multas que iam aparecendo e outras penalidades.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao Deputado Filipe Rocha dizendo que, durante aquele mandato poderiam vir a ficar condicionados, que o primeiro ano seria mais complicado, devido a compromissos já assumidos, tendo esperança de que, com alguma gestão, se conseguiria alcançar alguma estabilidade. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao Deputado Bruno Borges dizendo que: -----

----- 1º - não abdicava da auditoria, sendo que já tinham o caderno de encargos pronto para a mesma ser adjudicada. -----

----- 2º - o valor dos onze mil dizia respeito a terrenos que o município tinha e que, alguns deles, seriam vendidos em hasta pública. Quanto aos terrenos de Santa Rita, informou que não iam abdicar de os vender, sendo que só o podiam começar quando estes estivessem totalmente na posse da Câmara Municipal, o que só aconteceria depois do pagamento da última prestação aos proprietários dos terrenos, o que pretendiam fazer até final de março, como contratualizado. -----

----- 3º - os valores que realmente estavam em dívida, por parte do Governo Regional, não tinham sido pagos durante o corrente ano, porque o contrato ARAAL não tinha sido feito. Informou que, no final da última semana tinham conseguido fazer o referido contrato, sendo que o Governo Regional ia fazer um esforço para pagar a prestação, referente ao corrente ano e que também não tinha sido paga, até trinta e um de dezembro, bem como assumia pagar antecipadamente o valor referente ao próximo ano, de forma a não pesar no Orçamento da Câmara. Acrescentou que a Câmara estando em dificuldade financeira não conseguia assumir os valores referentes ao TTI, porque eram demasiados encargos, pois os encargos que a Câmara tinha eram referentes a despesas e esses iam fazendo a gestão. Disse que, tinham novos contatos para instalação de empresas e à medida que fossem recebendo as empresas e tendo despesas a apresentar, iam-no fazendo para justificar os valores que estavam a comprometer em nome daquele projeto. -----

----- 4º - o valor apresentado era o compromisso que tinham de aumento de delegação de competências. Os dez mil euros eram os valores para dois mil e vinte e dois. Posto isso, questionou o Deputado Bruno Borges sobre o valor que este tinha referido e se ele tinha conhecimento do mesmo ter sido utilizado pelos presidentes de junta. - -----

----- **O Deputado Bruno Borges** respondeu que eram sessenta mil euros e que, dadas as dificuldades das juntas de freguesia, naquela área, presumia que estas os tivessem utilizado. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** continuou respondendo que muitas vezes apareciam rubricas com valores que não tinham sido utilizados, em função da sua inscrição, daí a sua questão. Informou que ia confirmar com o gabinete financeiro a possibilidade de alguma gralha, mas quando tinha dito que havia um aumento na delegação de competências era porque o regulamento se mantinha igual, tal como o seu valor. -----

-----5º – tudo o que eram despesas a transferir para a Praia Ambiente iam estar inscritas na rubrica da tarifa social, porque eram benefícios dados às instituições e às juntas, que ficavam justificados na referida rubrica.-----

----- **A Deputada Eulália Leal** interveio e esclareceu que a sua questão vinha no sentido de que o montante que era referido na listagem do orçamento completo, em que o valor total dessas taxas era discriminado por classificação económica, estava associado outra situação que, no seu ponto de vista, não tinha que ver com a alteração da contabilização das taxas. Acrescentou que, como a maior parte, ou seja, sessenta e sete por cento do valor total das taxas, multas e outras penalizações estava associado à rubrica juros de mora, questionou a que tipo de documento aquelas taxas estavam associadas, porque era no valor da receita, não havia nem histórico, nem previsões futuras que justificassem aquele valor tão elevado para dois mil e vinte e dois. -----

----- **O Deputado José Laranjo** interveio e disse que não podia deixar de manifestar o seu regozijo por, finalmente, a questão do TTI estar resolvida. Relativamente à intervenção do Deputado Filipe Rocha, disse que gostava que este fizesse o trabalho completo, pois, naquele momento, ainda estavam a acabar de pagar o pavilhão Vitalino Fagundes, que não tinha sido feito pela gestão do PS, mas sim pela gestão do PSD. Acrescentou dizendo que, da mesma forma que o atual executivo tinha herdado obras para executar e pagar, também os executivos anteriores o tinham herdado. Relativamente ao cais de cruzeiros, disse saber que o mesmo não era, nem nunca seria, um projeto a ser posto em prática unicamente pela Câmara Municipal, mas o que o espantava era que, nos últimos anos do mandato anterior não havia sessão da AM em que o assunto não fosse discutido e, na presente sessão, não ouvia ninguém, da bancada da oposição, a falar sobre o assunto. Relembrou, a Sra. Presidente da Câmara, que das questões colocadas faltava responder à 3.1.4 das Grandes Opções do Plano, aos valores que deveriam ter sido transferidos em dois mil e vinte e um e só o iam ser no próximo ano. Acrescentou, ainda, que das respostas dadas, algumas não o tinham convencido, sabia e percebia que havia rubricas em aberto, mas uma rubrica com mais de meio milhão de euros parecia-lhe “demasiado grande”, além de que, na rubrica 020225 Outros Serviços tinha-lhe sido respondido aquilo que não precisava saber e não qual o destino a dar ao milhão e cinquenta mil euros aí expressos. Por fim, relativamente à aquisição de vinte e oito fogos na Serra de Santiago e à legalização do Bairro dos Americanos, solicitou que fossem elucidados sobre o ponto de situação desses assuntos, por parte do Governo Regional; na classificação Encargos de Cobranças e Receitas, o valor de setenta mil euros a que se referia concretamente e na classificação Instalações Desportivas e Recreativas, havia uma rubrica de vinte e dois mil, duzentos e noventa e quatro euros- colocação de piso sintético em instalações desportivas, gostariam de saber a que instalações desportivas se referiam. -----

----- **A Deputada Diana Simões** interveio e disse que tinham ficado a perceber que, para o PS, a área social acabava por ser um meio político para garantir votos e que a forma de trabalhar da presente Câmara e do PS era diferente. Posto isso, questionou como seria a visão da Câmara em relação à missão social. -----

----- **O Deputado Miguel Bettencourt** usou da palavra e agradeceu à Presidente da Câmara as respostas endereçadas àquele grupo municipal. De seguida, disse que tinha ficado em alerta com a afirmação da Sra. Presidente, ou seja, que havia rubricas, no Plano e Orçamento de dois mil e vinte e um, que não tinham aplicação, mas que era de má-fé questionar se na proposta em discussão, essa situação estava prevista pelo que, por dali a um ano, haveriam de discutir o mesmo. Relativamente ao protocolo com a Praia Ambiente, sendo uma verba que era transferida da Câmara Municipal, questionou se aquele valor não deveria ter a respetiva rubrica inscrita naquela proposta. Informou que, já tinham percebido que era intenção da Câmara proceder com a Auditoria Externa, apenas não tinham percebido em que rubrica a mesma estava orçamentada. Relativamente à venda e bens de investimento, de dois mil e vinte e um comparado com dois mil e vinte e dois, já tinham percebido que não contemplava a receita da venda dos terrenos de Santa Rita, pelo que gostavam de saber onde a mesma estava prevista e reforçou a pergunta do seu colega, isto é, o que iam fazer com os terrenos em causa. Em relação ao TTI, saudou o investimento e disse que o mesmo era sempre bem-vindo. Quanto às transferências para as juntas de freguesia, disse que o que estava ali em questão era um aumento de noventa e cinco por cento de apoio às mesmas, no âmbito da delegação de competências, mas havia uma redução significativa de verba para dois mil e vinte e dois e aquela era uma situação que os preocupava bastante porque, das reuniões tidas com os presidentes de junta todos tinham mostrado desagrado e preocupação com a escassez de verbas que tinham para assumir as suas responsabilidades a nível local. Posto isso, concluiu dizendo não ver grande melhoria naquele sentido. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu, ao Deputado José Laranjo, que a rubrica Outros Serviços, no valor de um milhão e trezentos mil euros, pelas rubricas seguintes, seria referente a projetos cofinanciados que, supostamente, a Câmara ia recebendo ao longo do ano. Confessou já ter questionado o departamento financeiro, para que não ficassem dúvidas em relação à questão do Deputado Miguel Bettencourt, e quando dizia que poderia haver rubricas que ficavam em aberto, era porque, segundo o justificado, o sistema onde era lançado o Orçamento, desde o momento que se abria uma rubrica, não se podia fechar a mesma, por isso, apareciam aquelas rubricas que estavam em aberto há anos. Relativamente à Deputada Eulália Leal, disse achar que o valor de dois mil e vinte e um, tinha sido bastante mais baixo em função de ter havido durante o ano uma isenção generalizada e voltando à normalidade, previa-se aquele valor. Acrescentou que, poderia haver ali alguma aplicação de juros de mora, mediante algum compromisso anterior, mas a isso não lhe sabia responder. Quanto à Auditoria, informou que o valor da mesma estava inscrito na rubrica Outros Bens – Outros Trabalhos Especializados e apresentava um valor de cento e vinte e dois, novecentos e cinquenta e cinco euros, valor este que não era a totalidade da Auditoria, pois estava incluído outros trabalhos que poderiam ter que ser adjudicados. Em relação à taxa social, a forma como se iria justificar a transição de valores para a Praia Ambiente, seria através do contrato programa com esta, no âmbito da tarifa social/taxas sociais, em que

seria, não só o valor de tarifas sociais aplicadas às famílias, mas também às instituições e às próprias juntas de freguesia. -----

----- **O Presidente da Mesa** interveio para informar os presentes que o tempo para cada ponto estava totalmente excedido. -----

----- **O Deputado Valter Peres** interveio para lavrar um protesto pela intervenção da Deputada Diana Simões, e questionou a mesma se esta sabia a gravidade das palavras que tinha proferido e onde o tinha ouvido dizer que o PS entendia que a ação social era para ganhar votos. Esclareceu que, as suas palavras iam no sentido de a Sra. Presidente da Câmara participar no projeto e não no ganhar votos. Disse que, era preciso lavrar um protesto porque a Sra. Deputada tinha mentido e esperava que esta fizesse um pedido de desculpa por isso mesmo. -----

----- **O Deputado António Borges** interveio e disse que estava preocupado porque a Sra. Presidente da Câmara tinha dito que o que se referia a asfalto em Santa Cruz, estava concluído, mas estava adjudicado um milhão e meio de euros para asfaltamentos, Santa Cruz tinha à volta de um milhão de euros e tinha-se asfaltado apenas e só o Vale Farto, duzentos metros do Caminho de Santo Isidro, dois remendos no Caminho do Barreiro, totalmente o Belo Jardim e ficando para trás, totalmente, as Beiras e Ouvidor. Posto isso, questionou em que ponto estava o asfaltamento das referidas estradas, tendo em conta que o mesmo estava previsto. De seguida, informou que não se ia debruçar sobre o assunto “delegação de competências”, tal como não o tinha feito no mandato anterior, o que iam fazer era analisar, em sede de junta, a proposta apresentada pela Câmara Municipal e assinar em caso de concordância. -----

----- **O Deputado Bruno Borges** usou da palavra e disse que, o que o GCE queria que ficasse claro era se a Câmara ia fazer transferência para a Praia Ambiente para que as IPSS e as juntas de freguesia ficassem isentos do pagamento das tarifas da água e dos resíduos. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que nas Transferência para a Praia Ambiente – Tarifário Social, cento e quinze mil euros, estava prevista a cobertura do valor do tarifário social que era aplicado às famílias e às instituições, incluindo as juntas de freguesia. -----

----- **O Deputado Bruno Borges** depreendeu, com a resposta anterior, que as IPSS e as juntas de freguesia estavam isentas das taxas referidas e solicitou que o mesmo fosse confirmado. -----

----- **O Presidente da Mesa** interrompeu para solicitar que deixasse de haver diálogo entre as intervenções, para que aquela sessão seguisse os trâmites normais de funcionamento. -----

----- Ainda o **Deputado Bruno Borges** disse que, nas transferências entre administrações, rubrica quarenta e dois, existia um saldo que em dois mil e vinte e um era de sessenta mil euros e naquele momento era de dez mil euros, sendo que, aquele dinheiro não existindo, não podia ser usufruído por quem de direito, ou seja, se não podia usufruir não ia tê-lo, o que era simples. Na rubrica seguinte à anteriormente referida, Regulamento de Apoio às Freguesias, em dois mil e vinte e um era de setenta e quatro e naquele momento era de sessenta e seis, por isso, repetiu que se ele não existia,

não ia ser utilizado. Concluiu reforçando que o saldo era igual, por isso voltava a questionar se havia ali alguma gralha, se havia alguma questão, se sabiam daquela situação, se as juntas de freguesia estavam de acordo. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, relativamente à delegação de competências, na página dez de vinte estava presente os cento e quarenta e seis mil, bem como os sessenta e seis mil respeitantes ao regulamento de apoio às freguesias. Explicou que, no referido regulamento, estava estipulado dez mil euros por legislatura, por isso, bastava pegar naquele valor, dividir pelas onze freguesias para se verificar que dava o mesmo valor do ano anterior.-----

----- **O Deputado José Laranjo** interveio e disse que continuava sem obter resposta relativamente:-----

----- 1º - às Grandes Opções do Plano – Transferências de Capital, os valores que deveriam ter sido recebidos da RAA, em dois mil e vinte e um, tinham transitado para dois mil e vinte e dois, o que tinha levado a um aumento do valor total a receber daquela entidade, concretamente, um milhão, setecentos e onze mil euros.-----

----- 2º - ao resumo orçamental das Grandes Opções do Plano, página sete de vinte, para dois mil e vinte e dois;-----

----- 3º - a Outros Serviços, na página dez de vinte. De seguida, pediu desculpa à Sra. Presidente, mas ter um milhão e meio de euros para “eventualidades”, “julgo”, “suponho” era muita coisa; -----

----- 4º - à página dez de vinte, na rubrica Encargos de Cobrança de Receita, no valor de setenta mil euros; -----

----- 5º - à página treze de vinte, aquisição das casas de Santa Rita; -----

----- 6º - à página catorze de vinte, colocação de piso sintético em instalações desportivas, rubrica 02 07010406, vinte e dois mil, duzentos e vinte e quatro euros. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que: -----

----- 6º - eram valores que estavam a transitar do ano anterior, de pisos que tinham sido colocados, mas não pagos. -----

----- 5º - havia um contrato feito com o Governo Regional em que, no corrente ano já tinham recebido duas prestações, ou seja, a amortização do valor era feita em duas prestações, cada uma delas no valor de duzentos e quarenta e sete mil euros e, no próximo ano, seriam as mesmas duas prestações, exatamente no mesmo valor. -----

----- 3º - aqueles valores eram valores a transitar do ano de dois mil e vinte e um, para dois mil e vinte e dois, de compromissos acumulados que perfaziam todo aquele valor. --

----- 4º - eram encargos com o IMI, com o IMT, isto é, havia uma previsão que levava à aplicação do valor de setenta mil euros. -----

----- Ainda a Presidente da Câmara Municipal e relativamente à delegação de competências, respondeu que este era um valor que ia ser aumentado em noventa e cinco mil euros, sendo que dos sessenta e seis mil euros, cinco mil diziam respeito a recursos humanos e mil euros eram destinados às ondas culturais que se realizavam em todas as freguesias. Repetiu que, o regulamento continha aqueles valores e que estes se mantinham exatamente iguais. Em relação aos dez mil euros, disse que no contrato estavam os apoios em espécie, em materiais que eram levantados na Câmara Municipal,

mas que tinham que estar transpostos para o Orçamento em valor económico e eram os referidos dez mil euros que ficavam como plafond para fazer a distribuição dos materiais anualmente. De seguida, dirigiu-se ao Deputado António Borges e disse que nas reuniões tidas com as juntas de freguesia, tinha sido feita uma sensibilização por parte de todas elas, cada uma com a sua visão, mas que no final tinha sido consensual de se conseguir aumentar em todas até aos noventa e cinco por cento, para que se sentissem, ao máximo, compensadas. Disse respeitar a posição do referido Deputado e que estava disponível para conversar, caso houvesse alguma coisa que o mesmo achasse que não era benéfico para a sua junta de freguesia, sendo que, achava que as condições que eram propostas, eram transversais a todas as juntas e que não prejudica, em nada, a freguesia de Santa Cruz. Acrescentou que, na verdade, e já na altura da campanha tinham dado conta que, principalmente na zona da Casa da Ribeira, o asfaltamento tinha sido feito por remendos, sendo que estes não tinham partido de uma obra adjudicada por aquele executivo e, supostamente, alguém se havia responsabilizado para que a obra fosse feita daquela forma. Informou que, a empreitada ainda estava a decorrer e que as orientações que tinham era mediante os metros de asfalto que ainda estavam por concluir e que o fizessem da forma mais correta, mas não podia responder por algo feito em setembro e outubro. Em relação à questão da Deputada Diana Simões, respondeu que a missão social não ia deixar de existir, pois não era por não terem feito uma distribuição de cabazes que deixavam de valorizar a mesma, até porque achavam que aquela tinha sido uma escolha responsável, apesar de não ser da concordância de todos. Referiu que, quem folheasse os planos de atividades das empresas municipais, ia dar-se conta de muitos projetos nessa área. Concluiu informando que, tinha tido a atitude responsável de contactar todas as instituições e ficado a saber que todas as famílias tinham recebido um cabaz, que ninguém tinha ficado de fora, pois a triagem tinha sido feita de forma cuidadosa, articulada, o que era essencial para se chegar a todos, e tinha algumas dúvidas de que, ao nível do concelho, no corrente ano tivessem sido distribuídos seiscentos cabazes.-----

----- **A Deputada Diana Simões** interveio e disse que era importante ouvir, a cem por cento, o que era dito em cada intervenção, pois o que tinha dito e repetido, tinha sido, precisamente, que o colega havia mencionado que “...a Câmara é que os conhece...” e daí tinha percebido que quando referia “...os conhece...” estava-se a referir à comunidade e às famílias. Acrescentou que, também tinha sido o colega que tinha dito que deveria ser a Câmara a entregar e liderar a gestão dos cabazes. Acrescentou que, só falava da mentira quem estava familiarizado com esta e deu como exemplo uma publicação no *Facebook* do PS Terceira, de há uma hora atrás, que dizia que os partidos da coligação, na manhã daquela sessão, se haviam manifestado a favor do fim dos encaminhamentos e isso sim era mentira, porque não se haviam manifestado naquele sentido, por isso, quem estava familiarizado com a mentira não era o CDS-PP.--

----- **O Deputado Paulo Sousa** usou da palavra e clarificou que as juntas de freguesia recebiam pela Câmara por duas vias, uma delas pela delegação de competências, que era o pagamento de um serviço que as juntas de freguesia prestavam à Câmara e outra pela candidatura ao regulamento de apoios às juntas de freguesia. Relativamente à

delegação de competências havia o aumento dos noventa e cinco por cento e os sessenta e seis mil euros mais os dez mil, referidos pela Sra. Presidente, eram referentes aos apoios a que as juntas se podiam candidatar. Concluiu dizendo que não havia uma diminuição nas juntas de freguesia, embora estas fossem sempre reivindicativas para receber mais e poder prestar um melhor serviço à sua população.-----

----- **O Deputado Miguel Bettencourt** interveio e agradeceu à Sra. Presidente as respostas dadas relativamente aos apoios às juntas de freguesia. No entanto, havia uma ou outra questão que não tinham visto esclarecidas e que coincidiam com uma proposta de voto de recomendação à Câmara Municipal e solicitou autorização para proceder à sua leitura.-----

----- **O Presidente da Mesa** respondeu que os votos eram apresentados no período antes da ordem do dia, mas que, mesmo assim, ia avaliar a possibilidade do mesmo ser apresentado.-----

----- **O Deputado Valter Peres** usou da palavra e, dirigindo-se à Deputada Diana Simões, esclareceu que a mentira não era referente ao que tinha dito sobre a lógica dos cabazes, porque aquela era a ideia da bancada do PS, mas sim referente à afirmação de que o PS entendia que a ação social servia para ganhar votos. De seguida, questionou se não era verdade que o Deputado Filipe Rocha achava que não devia haver encaminhamentos porque estes eram de graça. Concluiu dizendo que achava que a Deputada Diana Simões devia pedir desculpas pelo facto de ter dito que ele achava que a ação social era para ganhar votos, porque isso era mentira.-----

----- **O Deputado Pedro Pinto** interveio e dirigiu-se ao Deputado Valter Peres dizendo nunca julgar que este fosse capaz de atingir um nível de arrogância paternalista com que tinha feito a sua última intervenção. Disse que, por várias vezes o Deputado Valter Peres se havia dirigido à Deputada Diana Simões tratando-a por “*menina*”, o que era uma falta de respeito, pelo que se alguém tinha de pedir desculpas era o Deputado Valter Peres. Em relação ao cais de cruzeiros, lembrou todas as vezes que o assunto tinha feito parte de campanhas eleitorais do PS e disse que, se havia partido que ao longo dos anos tinha usado o cais de cruzeiros como bandeira eleitoral, era o PS. Relativamente ao documento em análise, referiu que há vários anos que vinha a manifestar, em nome do CDS-PP, preocupação com o nível de endividamento a que a Câmara estava a ser sujeita. Acrescentou que, durante vários anos tinha ouvido, por parte do anterior presidente da Câmara, Roberto Monteiro, que o nível de endividamento não importava porque os ativos financeiros superavam o passivo e, portanto, se Tibério Dinis em quatro anos pouco ou nada havia feito, era exatamente por isso. Disse que, da informação da Sra. Presidente, relativamente ao endividamento do grupo municipal, havia oito milhões de euros de dívida que, supunha, ser a fornecedores, o que era muito dinheiro para uma Câmara que tinha como transferências correntes onze milhões, ou seja, se a Câmara tivesse de pagar, naquele ano, os referidos oito milhões, pouco iria sobrar. Posto isso, questionou se assim fosse de onde viria o dinheiro para pagar as despesas correntes da Câmara, os salários dos funcionários e a ação social que queriam que fosse feita pela Câmara Municipal. Questionou, ainda, como é que estava a ser planeada a amortização, pelo menos aos fornecedores.-----

----- **O Presidente da Mesa** respondeu ao Deputado Miguel Bettencourt que, no artigo 28º estava previsto a apresentação de recomendações e questionou o mesmo sobre o que pretendia em concreto.-----

----- **O Deputado Miguel Bettencourt** respondeu que, por lapso tinha referido voto de recomendação quando, na verdade, era uma proposta de recomendação e solicitou a sua leitura.-----

----- **O Presidente da Mesa** respondeu que estava autorizado e que, depois da sua leitura, avaliariam a necessidade ou não de votação da mesma.-----

----- **O Deputado Miguel Bettencourt** esclareceu que a intenção era apresentar uma recomendação à Câmara Municipal.-----

----- **O Presidente da Mesa** respondeu que, sendo assim, não carecia de votação.-----

----- **O Deputado Miguel Bettencourt** precedeu à leitura da proposta de recomendação.-----

----- (Texto integral, da recomendação, arquivado e faz parte integrante da presente ata).-----

----- **O Presidente da Mesa** interveio e disse que, da leitura efetuada, depreendia que no fundo o que estavam a propor era que se alterasse o Orçamento e informou que aquele órgão não o podia fazer. Disse ainda, que ia anotar o recomendado para no futuro ser alterado, mas naquele momento não o podiam fazer.-----

----- **O Deputado Miguel Bettencourt** esclareceu que a ideia não era a Assembleia Municipal alterar a proposta de Orçamento, mas sim que ficasse à consideração da Câmara Municipal aquele ponto.-----

----- **O Presidente da Mesa** disse que poderia ser, eventualmente, numa revisão orçamental ou no orçamento do próximo ano.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** interveio e disse que gostava de esclarecer aquela situação, porque dava a ideia que às juntas de freguesia e às IPSS estavam a ser cobrados alguns valores e isso não estava a acontecer. Informou que, independentemente de as isenções terem terminado a trinta de setembro, não tinham feito a aplicação às juntas nem às IPSS e quando o pensavam fazer, tinha coincido com o aumento de casos da Covid-19, por isso, não o tinham feito. No entanto, fase à recomendação apresentada, no caso de haver melhoria e entendessem que tinham forma de, na revisão ao orçamento, incluir e de alguma forma continuar a fazer aquela isenção, estavam disponíveis para discutir o assunto.-----

----- **O Deputado José Laranjo** usou da palavra e dirigindo-se ao Deputado Pedro Pinto, disse que este nunca o tinha visto defender o PS, mas sim o concelho da Praia e os praienses. Relembrou que tinha sido a bancada do PSD, no último mandato, que tinha pressionado a Câmara Municipal sobre a questão do cais de cruzeiros. Relativamente às suas questões, disse faltar responder à relacionada com as transferências de capital, página vinte e oito, ponto 314, tabela seis – Receitas Provenientes da Transferência de Capital.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** disse julgar já ter respondido, uma vez que tinha falado nos valores referentes ao TTI e à situação de Santa Rita, que eram os valores que estavam pendentes com o Governo Regional e que, entretanto,

relativamente ao TTI já tinham feito o contrato ARAAL e, relativamente ao milhão que seria pago até ao dia trinta e um, diminuindo assim o valor referenciado pelo Deputado José Laranjo, ficando em falta o valor de um milhão, que seria contratualizado no início do ano, pela ausência do contrato ARAAL que nunca tinha sido feito.-----

----- **O Deputado Valter Peres** interveio e disse que não tinha qualquer problema em pedir desculpa à Deputada Diana Simões, caso esta se tivesse sentido ofendida pela forma como se tinha dirigido a ela. De seguida, disse que ficava feliz por a Sra. Presidente justificar o enorme corte nas receitas nos últimos dois anos, pois tinha sido muito difícil o último mandato, porque em quatro anos, dois deles tinha sido a tratar Covid-19. Relativamente ao documento em análise, disse que a arquitetura orçamental que lhes era apresentada era, basicamente, a mesma dos últimos quatro anos, por isso, não sabia como é que quem tinha votado contra anteriormente, se ia portar naquele momento. Acrescentou que, na sua opinião, aquele orçamento não refletia as propostas eleitorais apresentadas pelo atual executivo e a desculpa para isso era a dívida. Disse que aquela Câmara não estava intervencionada, tinha as suas despesas com o visto do Tribunal de Contas, havia dívida, mas havia receita que fazia fase à mesma. Referiu que era óbvio que a situação da Câmara não era maravilhosa, mas não valia a pena falar sobre a mesma. Disse que, para além da crise de dois mil e oito e da Covid-19, muitas vezes era esquecido que aquela Câmara tinha passado pela crise do *downsizing* da Base e, mal seria, se perante as referidas crises, a Câmara não se tivesse chegado à frente. Informou que, ao invés de se responsabilizar a dívida, houvesse mais ideias e vontade de trabalhar e deu como exemplo a dívida que o PSD havia deixado na Câmara da última vez que tinha estado no poder e comparou-a com a presente dizendo que a do PSD era uma dívida direta e a presente era uma dívida estruturada, a longo prazo. Acrescentou que era verdade que era uma situação que requeria punho forte, cuidado e muito trabalho, mas será que tinham que continuar a falar de cratera quando outros tinham recebido uma cratera maior. Concluiu dizendo confiar que houvesse um trabalho efetivo daquilo que era a qualidade de vida dos habitantes e daqueles que trabalhavam na Praia da Vitória. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse que, se tinham um Orçamento com a mesma arquitetura, era sinal que o PS ia votar a favor do mesmo. De seguida, confessou que não estava à espera que o Deputado Valter Peres fosse buscar os argumentos antigos de que os ativos eram muito superiores ao passivo, mas era o argumento que tinham para justificar a dívida. Acrescentou que, tal como o Deputado Valter Peres havia reconhecido, aquela coligação tinha apresentado ideias/projetos, aquando da campanha eleitoral, que não estavam refletidos naquele Orçamento e isso devia-se ao facto de não haver dinheiro, por isso, ou executavam as suas propostas eleitorais e aí era preciso fazer dívida, ou se tinha uma atitude responsável e pagavam as dívidas herdadas. -----

----- **O Deputado Valter Peres** interveio e disse que, das propostas apresentadas pelo PS há quatro anos, uma enorme percentagem tinha sido realizada, por isso, não fazia sentido dizer-se que não tinham executado. Acrescentou que, a arquitetura orçamental que estavam a falar, era a que tinha sido possível executar uma grande parte das

propostas apresentadas e era por isso que em tempos de Covid-19 tinha sido possível, de imediato, a Câmara chegar-se à frente e ajudar os bombeiros e a população em geral. Concluiu dizendo que, as contas em causa, não eram surpresa para ninguém, muito menos para quem já ali estava há quatro anos. -----

----- **O Deputado César Toste** usou da palavra e disse que a arquitetura daquele Orçamento era totalmente diferente da que havia sido montada nos últimos orçamentos, principalmente no respeitante ao trabalho feito com as juntas de freguesia. Relembrou que a Covid-19 não podia ser desculpa para tudo e que, como presidente de junta da Vila das Lajes assumia que o comportamento do atual executivo, para com as juntas de freguesia, era completamente diferente. Disse que, estavam a falar num valor que nunca tinha sido assumido anteriormente, por isso nunca podiam fazer um trabalho suportável e que aquele valor era resultado de erros que estavam a pagar e que iam pagar as gerações futuras.-----

----- **O Deputado José Laranjo** interveio e questionou como é que os compromissos ultrapassavam os números que estavam no Plano e Orçamento para dois mil e vinte e dois e como é que o mesmo ia ser resolvido. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** questionou, a Sra. Presidente de Câmara, se esta podia informar o valor da folha salarial da Câmara Municipal e da Praia Cultural. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que o valor anual era: -----

----- Câmara Municipal - quatro milhões, quatrocentos e oitenta e um, duzentos e quarenta e dois; -----

----- Praia Cultural - dois milhões, setecentos e dez; -----

----- Praia Ambiente - um milhão, novecentos e vinte e quatro e oitocentos. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** interveio e disse que, se as suas contas não tinham falhado, estavam a falar de pouco mais de sete milhões de euros com encargos com funcionários da Câmara e CPC, ou seja, mais de metade das receitas correntes que a Câmara Municipal recebia anualmente, pelo que, se houvesse a necessidade de amortizar a dívida a fornecedores, não havia dinheiro.-----

----- **O Deputado Valter Peres** questionou se a Sra. Presidente da Câmara achava que ia faltar dinheiro para os ordenados dos funcionários da Câmara e pediu que esta confirmasse se era verdade que todos os meses recebiam verba do Orçamento do Estado, exatamente para aquele fim. -----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor, treze do PSD e três do CDS-PP, e quinze abstenções, treze do PS e duas do GCE.** -----

----- **O Deputado Miguel Bettencourt** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “Considerando que o Plano e Orçamento para dois mil e vinte e dois, do Município da Praia da Vitória, não apresenta qualquer novidade, que compreende em parte, mas é também nos períodos de fragilidade, económica e financeira, que podem surgir orçamentos criativos, na medida do que é possível, Neste caso, ficamos na expectativa para o Plano e Orçamento do próximo ano, com a experiência e conhecimento que entretanto vão adquirir, que é normal nestas situações, para ver se será um orçamento mais criativo e que possa garantir uma melhoria substancial da

qualidade de vida dos munícipes e do concelho em si. Há só mais um motivo para a abstenção deste grupo municipal, é que das questões colocadas não ficamos completamente esclarecidos, nomeadamente se existia alguma receita proveniente da alienação dos lotes de Santa Rita aos atuais moradores, no seguimento do processo em curso, não havendo assim, resposta às cerca de noventa famílias que continuarão, à partida, no ano de dois mil e vinte e dois angustiadas em relação à regularização das suas casas.”-----

----- **O Deputado Marco Toste** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “Em nome da Junta de Freguesia de São Brás, congratular a Câmara pela abertura ao diálogo que teve com a Junta de Freguesia e no facto da delegação de competências. Não era por causa disso que a Junta de Freguesia de São Brás, na qualidade do Presidente presente, se absteve, mas sim por outros pontos que não vimos totalmente esclarecidos e que eram muito numerosos para estar ali a enumerar. Portanto, era só por essa questão, a delegação de competências será votada mais à frente, não se prende com isso, era só para que ficasse claro.”-----

----- **O Deputado José Laranjo** apresentou a seguinte declaração de voto:-----

----- “Ao contrário daquilo que eu verifiquei, enquanto deputado municipal nos últimos quatro anos, em que, por norma, a oposição votava contra o Plano e Orçamento da Câmara Municipal anterior, nós não somos tão radicais, vamos aguardar, vamos ver, vamos esperar. Claro que há aqui um grande número de pontos, neste Plano e Orçamento, que se lá estivéssemos o faríamos diferente e, sobretudo por isso, vamo-nos abster. É um Plano e Orçamento deste executivo, destes dois partidos políticos, não são nossos, portanto, estamos aqui para aguardar, analisar, para criticar quando tivermos que criticar, para enaltecer quando tivermos de enaltecer e, com base nisso, abstemo-nos. Se lá estivéssemos as propostas seriam outras, faríamos de outra maneira, daí a nossa abstenção.” -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu, ao Deputado Miguel Bettencourt, que a legalização do bairro americano de Santa Rita estava inscrita no valor de novecentos mil euros, na página treze de vinte.-----

----- **O Presidente da Mesa** informou que após a votação dos pontos, a discussão dos mesmos estava encerrada. -----

----- **6. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DAS TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, PARA O ANO DE 2022.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor, treze do PSD e três do CDS-PP, e quinze abstenções, treze do PS e duas do GCE.**-----

----- **7. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO ORÇAMENTO E PLANO DE ATIVIDADES DA PRAIA AMBIENTE, E.M., PARA O ANO DE 2022.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- A Assembleia tomou conhecimento. -----

----- 8. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS RELATIVO AO 3º TRIMESTRE DE 2021 DA PRAIA AMBIENTE, E.M..-----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto.-----

----- A Assembleia tomou conhecimento. -----

----- 9. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO ORÇAMENTO E PLANO DE ATIVIDADES DA PRAIA CULTURAL, CIPRL, PARA O ANO DE 2022.-----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto.-----

----- O Deputado Bruno Borges usou da palavra para enaltecer, pois o Orçamento, em relação a dois mil e vinte e um, na área dos projetos culturais, sofreu um aumento significativo e, por isso, gostava de perceber o que estava previsto e o que justificava o mesmo, bem como na área das formações.-----

----- A Presidente da Câmara Municipal respondeu que, relativamente às formações, se devia ao facto de pretenderem a realização de formações e de workshops no âmbito de atividades culturais que iam ser desenvolvidas. Em relação ao valor destinado aos projetos culturais, disse que o mesmo correspondia ao anexo que estava vinculado ao Orçamento e que fazia referência a todas as atividades que se pretendia desenvolver.-----

----- A Assembleia tomou conhecimento. -----

----- 10. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS RELATIVO AO 3.º TRIMESTRE DE 2021 DA PRAIA CULTURAL, CIPRL. -----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto.-----

----- A Assembleia tomou conhecimento. -----

----- 11. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2022 E TARIFÁRIO PARA 2022 DA TERAMB, E.M.. -----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto.-----

----- A Assembleia tomou conhecimento. -----

----- 12. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO-PROGRAMA PARA 2022 A CELEBRAR ENTRE A TERAMB E OS MUNICÍPIOS DE ANGRA DO HEROÍSMO E DA PRAIA DA VITÓRIA. -----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto.-----

----- Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor, treze do PSD, três do CDS-PP, e treze do PS e duas abstenções do GCE.-----

----- 13. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS RELATIVO AO 2.º TRIMESTRE DE 2021 DA TERAMB, E.M.. -----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto.-----

----- A Assembleia tomou conhecimento. -----

----- 14. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE SEXTA ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA TERAMB, E.M.. -----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto.-----

----- O Deputado Bruno Borges usou da palavra para questionar que benefícios, a alteração em causa ia trazer para o município da Praia da Vitória e para os seus munícipes.-----

----- A Presidente da Câmara Municipal respondeu que os benefícios se prendiam com a zona envolvente à empresa, ou seja, estavam a ser preparados loteamentos para que a zona fosse melhorada e pudessem ser implantadas algumas empresas. Acrescentou que, sendo a Câmara da Praia detentora de uma parte da empresa, algum valor proveniente da venda dos referidos lotes reverteria para a mesma.

----- Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor, treze do PSD, três do CDS-PP e treze do PS e duas abstenções do GCE.-----

----- 15. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO E A COOPERATIVA PRAIA CULTURAL - RESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA E INTERNALIZAÇÃO 2022. -----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto.-----

----- O Deputado Filipe Rocha interveio e disse que gostavam de perceber qual o peso que a Praia Cultural tinha nas contas da Câmara e se se justificava a dimensão da Praia Cultural atual.-----

----- O Deputado Valter Peres usou da palavra e disse que estavam de acordo e que lhes apazia, sobretudo pela tentativa de continuação do processo. Acrescentou que, a opinião que sempre tinham tido era de que as valências da Praia Cultural eram importantes e que o que interessava era que as mesmas não deixassem de ser feitas, fosse pela Praia Cultural, fosse pela Câmara Municipal. Informou que, apenas por não saberem como o processo estava no seu todo é que se iam abster. -----

----- A Presidente da Câmara Municipal respondeu que, se dissesse que a CPC não representava um valor que pesava na Câmara, não estava a ser verdadeira. Acrescentou que, se aquele valor de compromisso estivesse liberto para o bom funcionamento da Câmara, para a realização de atividades, certamente não estariam ali com aquele nó no sentido de ouvirem que o Orçamento era pouco ambicioso e que não refletia o apresentado no manifesto. Disse que, era óbvio que gostavam que refletisse tudo aquilo, mas fase à situação financeira encontrada, tinham optado por um Orçamento coerente com a situação atual e não era por isso que não eram ambiciosos. -----

----- Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor, treze do PSD e três do CDS-PP, e quinze abstenções, treze do PS e duas do GCE.-----

----- **16. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO E A COOPERATIVA PRAIA CULTURAL - ATIVIDADES EDUCATIVAS, SÓCIO-CULTURAIS, PEDAGÓGICAS E TURÍSTICO-CULTURAIS 2022.** -----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto.-----

----- Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor, treze do PSD e três do CDS-PP, e catorze abstenções, treze do PS e uma do GCE. -----

----- **17. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO E A COOPERATIVA PRAIA CULTURAL - FESTAS DA PRAIA 2022.**-----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto.-----

----- Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com quinze votos a favor, doze do PSD e três do CDS-PP, e quinze abstenções, treze do PS e duas do GCE.-----

----- **18. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO E A COOPERATIVA PRAIA CULTURAL - ATIVIDADES CULTURAIS 2022.**-----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto.-----

----- Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com quinze votos a favor, doze do PSD e três do CDS-PP, e quinze abstenções, treze do PS e duas do GCE.-----

----- **19. APRESENTAÇÃO DO OFÍCIO N.º S-CMPV/2021/1355 DA CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA DA VITÓRIA RELATIVO À PROPOSTA DE ISENÇÃO DE TODAS AS TAXAS INERENTES A TODOS OS EVENTOS CULTURAIS A REALIZAR ATÉ AO FINAL DE 2021 PELA PRAIA CULTURAL - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO E DE RESPONSABILIDADE, LDA.** -----

----- A Presidente da Câmara Municipal solicitou autorização para os pontos dezanove e vinte serem apresentados em simultâneo, o qual foi autorizado. Depois disso, apresentou os documentos.-----

----- A Assembleia tomou conhecimento. -----

----- **20. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ISENÇÃO DE TODAS AS TAXAS INERENTES A TODOS OS EVENTOS CULTURAIS A REALIZAR ATÉ AO FINAL DE 2022 PELA PRAIA CULTURAL - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO E DE RESPONSABILIDADE, LDA.** -----

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com o anterior. -----

----- Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

----- **21. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA COM A PRAIA AMBIENTE, E.M. – LIMPEZA URBANA.** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **O Deputado Paulo Sousa** interveio e questionou se tinha havido uma diminuição de área ou se estavam a falar exatamente da mesma área a intervir, ou seja, se aquele era o valor real do custo da limpeza em causa. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que aquele era o valor real. Informou que, após a avaliação na empresa Praia Ambiente, tinham conseguido apurar que o valor era, apenas, de sessenta mil euros. Disse que, o único fundamento justificativo para a transferência do anterior valor era a liquidação de empréstimos feitos pela Praia Ambiente, mas com benefício da Câmara. -----

----- **O Deputado Valter Peres** usou da palavra para informar que a bancada do PS se ia abster na votação do ponto em causa.-----

----- **O Deputado António Borges** interveio e disse que, da intervenção da Sra. Presidente depreendia que a área a intervir tinha sido reduzida e enumerou várias zonas que não tinham sido referidas. Posto isso, disse que era conveniente alertar dois pontos críticos que ficavam de fora daquele contrato, sendo eles a limpeza da Escola Francisco Ornelas da Câmara e a entrada do centro funerário. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que ia confirmar todas as zonas referenciadas pelo Deputado António Borges e que, de facto, não constava o prolongamento da Rua Padre Damião, mas era questão de reverem aquela situação. Acrescentou que, as ruas se mantinham e o valor é que diminuía, de acordo com a avaliação feita, o que não queria dizer que não se viesse a verificar que o mesmo tinha que ser aumentado.-----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com quinze votos a favor, doze do PSD e três do CDS-PP, e quinze abstenções, treze do PS e duas do GCE.**-----

----- **22. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA COM A PRAIA AMBIENTE, E.M. – TARIFA SOCIAL.** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **23. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS PARA 2022.** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com vinte e oito votos a favor, doze do PSD, três do CDS-PP e treze do PS, e duas abstenções do GCE.**-----

----- **24. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2022.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **25. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE 5% NO IRS RELATIVAMENTE AOS RENDIMENTOS DE 2022 A COBRAR EM 2023.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **O Deputado Pedro Pinto** interveio e disse que aquela questão era uma longa luta do CDS-PP naquela Assembleia e no país. Disse que compreendiam as dificuldades financeiras do município, que era proposta, daquela coligação, a devolução daquela taxa aos munícipes e compreendendo a necessidade de financiamento da Câmara Municipal e consequente dificuldade financeira, obviamente naquele ano não iam fazer um cavalo de batalha com aquele assunto, no entanto, iam trabalhar durante aquele ano para que no próximo Orçamento fosse possível começar a reduzir a participação da Câmara nos cinco por cento, ou seja, começar a devolver mais poder de compra aos praienses.-----

----- **O Deputado Valter Peres** usou da palavra e disse que iam manter a coerência dos últimos anos e acrescentou que não se lembrava de ouvir, nos últimos quatro anos, o Deputado Pedro Pinto falar daquela forma tão agradável para o anterior executivo, quando todo o seu comportamento tinha sido igual, o que era engraçado de se observar.-----

----- **O Deputado Pedro Pinto** interveio e disse que não havia nenhuma alteração, mantinham a sua coerência e eram responsáveis, isto é, seria irresponsável sonegar parte do financiamento que aquela Câmara, naquele momento, necessitava. Relembrou que tinha acabado de lançar um desafio à Sra. Presidente da Câmara, ou seja, que tinham que trabalhar durante aquele ano, para no próximo ser possível a respetiva redução e cumprir com a proposta eleitoral feita.-----

----- **O Deputado Valter Peres** usou da palavra para esclarecer que o ser responsável naquele momento, queria dizer que eram irresponsáveis quando solicitavam, anteriormente, o sonegar e concluiu dizendo que, de qualquer forma, saudava a mudança de pensamento.-----

----- **O Deputado Pedro Pinto** interveio e disse que não havia qualquer alteração por parte do CDS-PP, que o que tinha acontecido era uma melhor explicitação das contas do município e, para isso, tinha sido necessário que aquela coligação vencesse as eleições, para que percebessem o verdadeiro estado calamitoso das referidas contas. Posto isso, questionou o Deputado Valter Peres se este achava que a oposição tinha consciência do verdadeiro estado das contas do município, uma vez que estas eram muito bem escondidas.-----

----- **O Deputado Valter Peres** lembrou que o CDS-PP sempre tinha votado contra, alegando exatamente o que havia sido dito ali, por isso, repetiu que as contas

estavam lá, não havia nada escondido, inclusive até diziam que ia haver um aumento brutal de impostos à conta disso. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** interveio e disse que, anteriormente a fonte de informação era o relatório do Tribunal de Contas e não os documentos apresentados pela Câmara e o Deputado Valter Peres sabia muito bem que as coisas não estavam explícitas daquela forma. -----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com vinte e oito votos a favor, doze do PSD, três do CDS-PP e treze do PS, e duas abstenções do GCE.**-----

----- **26. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DA TAXA DE DERRAMA PARA O ANO DE 2022.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **27. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2022.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **28. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA COMISSÃO DE ANÁLISE PARA ATRIBUIÇÃO DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA PRAIA DA VITÓRIA.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **A Deputada Maria de Fátima Homem** interveio e disse que a bancada do PS ia votar a favor do ponto em causa, uma vez que iam reavaliar o regulamento.-----

----- **O Deputado José Paim** usou da palavra e disse que quem atribuía um benefício daqueles, seria sempre com base no facto de serem voluntários e quem o era não tinha culpa de ter mais uma casa ou outra, de ter mais papelada ou de ter herdado o prédio, mas o incentivo era dado pelo tempo que as pessoas perdiam com a sua família para estarem ali, independentemente dos rendimentos de cada um, por isso, bastava alterarem no regulamento o terem mais uma casa e o problema ficava resolvido. -----

----- **O Deputado Bruno Borges** interveio e disse que a bancada do GCE também ia votar a favor do ponto em discussão, uma vez que se ia efetuar a respetiva alteração.-----

----- **Submetida à votação, a ata foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **29. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE 2.º ADITAMENTO AOS ACORDOS DE EXECUÇÃO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DA PRAIA DA VITÓRIA.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **O Deputado João Ávila** interveio para deixar uma nota de apreço ao atual executivo, pela sensibilidade e celeridade que tinha tido em querer corrigir a injustiça que era aquele acordo de delegação de competências. Acrescentou que, o aumento proposto vinha repor, embora ainda não fosse o ideal, alguma justiça para o esforço que aquele tipo de tarefas exigia às juntas de freguesia e, por isso, tinham o voto favorável daquela bancada. De seguida, e relativamente às linhas de água em aglomerados urbanos e caminhos de penetração agrícola que eram da responsabilidade da Câmara Municipal, mas que as respetivas juntas de freguesia é que assumiam o custo daquelas tarefas quase por completo, questionou se aquele executivo tinha intenção de proceder à sua reavaliação.-----

----- **O Deputado Valter Peres** interveio e disse que aquele aumento e revisão estava previsto na proposta eleitoral do PS, por isso não podiam deixar de achar aquela proposta importante. Informou, ainda, como tinha decorrido todo o processo de revisão daquele acordo, através da Comissão Permanente, e que era intenção da mesma auscultar cada presidente de junta, no sentido de propor ao próximo executivo aquele aumento, mas o mesmo não tinha sido possível. De seguida, disse que queria clarificar a confusão entre a delegação de competências, o que as juntas recebiam para a sua atividade e o apoio às freguesias, pois efetivamente o investimento nas freguesias tinha sido feito, não tinha sido atribuído diretamente à junta, para que esta fizesse a obra, algumas delas tinham sido feitas diretamente e as juntas tinham as delegações de competências. Posto isso, informou que a bancada do PS ia votar a favor. -----

----- **O Deputado Paulo Sousa** usou da palavra e disse que, após a intervenção do Deputado Valter Peres, quase que se sentia na obrigação de lhe agradecer todo o trabalho feito nos últimos quatro anos e que quase que ficava com a ideia de que este é que tinha sido o grande defensor do aumento da delegação de competências para as juntas de freguesia e, na verdade, não tinha sido isso que tinha acontecido. De seguida, disse que o referido deputado fazia confusão entre investimento de freguesia e o pagamento de um serviço, pois uma delegação de competência era uma atividade da responsabilidade da Câmara e que a Junta prestava esse serviço, da mesma forma que a Praia Ambiente prestava o serviço de limpeza do centro urbano da cidade, etc., e isso nunca tinha sido percebido. Concluiu dizendo que gostava de salutar a postura daquele executivo, que tinha permitido chegar a um consenso para o ano de dois mil e vinte e dois, apesar do valor não ser o proposto, tinha sido unanimemente aceite por todos, bem como a vontade de trabalharem para que este fosse mais justo.-----

----- **O Deputado Bruno Borges** interveio e disse que era importante, e era isso que tinham notado, que as juntas de freguesia precisavam de mais apoio e esse aparecia ali, apesar de terem percebido que não era o ideal, mas para lá caminhavam, o que era uma boa premissa. No entanto, ressaltou as rubricas já mencionadas anteriormente por aquela bancada, para que fossem vistas pelo executivo camarário, pelas razões já enumeradas. Concluiu dizendo que se congratulavam com aquele aumento e viam que as juntas de freguesia tinham sido unânimes em relação a isso e, assim, iam votar a favor daquele ponto. -----

----- **O Deputado António Borges** usou da palavra para congratular a Câmara pela forma como tinham chegado ao acordo e pela tentativa de melhoria. No entanto, e comparando com anos anteriores, tinham melhorado financeiramente, mas em termos de gestão não, ou seja, não era uma melhoria assim tão significativa.-----

----- **O Deputado Valter Peres** interveio e disse que o processo só começava a ser penoso com o fim dos programas, que tinha feito com que deixasse de existir mão-de-obra disponível. Quanto às poucas vezes que a Comissão Permanente se tinha reunido, disse que, desde o início o entendimento era reunirem apenas quando estivessem todos os membros da mesma, por isso, tinha sido sempre complicado conseguirem reunir. De seguida, esclareceu que por vezes eram apresentadas argumentações para justificar situações que não faziam sentido, mas queria que ficasse claro que houve investimento nas freguesias.-----

----- **O Deputado Pedro Pinto** questionou, o Deputado António Borges, sobre quais eram os funcionários que tinham estado na Junta de Freguesia e como os mesmos eram alocados a esta.-----

----- **O Deputado António Borges** respondeu que, após a pessoa chegar à Junta de Freguesia, não importava a forma, para si, era um trabalhador normal, não interessava se era efetivo da Câmara ou se fazia parte de algum programa, tinha que prestar trinta e cinco horas de serviço semanal e custava cerca de dez mil euros ao ano.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu, ao Deputado João Ávila, que já tinham feito o levantamento de todas as ribeiras para ver em que condições estas se encontravam e que tinha sido necessária a intervenção da Câmara numa zona na Vila das Lajes, que lhes pareceu bastante descuidada. Informou que, as ribeiras que estavam no domínio da Autarquia eram, unicamente, a da Aqualva e a da Vila Nova, em parceria com o Ambiente, mas já tinham reunido com este no sentido de se organizarem para que aquele trabalho fosse desenvolvido em conjunto e se poder fazer a manutenção das referidas zonas.-----

----- **O Deputado João Ávila** lembrou que tinha, igualmente, questionado acerca dos caminhos agrícolas.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que também estavam a articular com a Secretaria, quer da Agricultura e Florestas, quer com o a do Ambiente, um acerto no sentido de mapear cada freguesia para que fosse claro e facilitasse a organização da Câmara e das juntas de freguesia.-----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **30. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PARA CONCESSÃO, POR CONCURSO PÚBLICO, DA EXPLORAÇÃO DO BAR DA ZONA BALNEAR DAS ESCALEIRAS NA VILA NOVA.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** solicitou autorização para os pontos trinta a trinta e dois serem apresentados em simultâneo, o qual foi autorizado. Depois disso, apresentou os documentos.-----

----- **O Deputado Luís Vieira** congratulou a Câmara Municipal pela resolução da concessão do Bar do Abismo. -----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com quinze votos a favor, doze do PSD e três do CDS-PP, e quinze abstenções, treze do PS e duas do GCE.** -----

----- **31. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PARA CONCESSÃO, POR CONCURSO PÚBLICO, DA EXPLORAÇÃO DO BAR DA ZONA BALNEAR DOS BISCOITOS.** -----

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com o anterior. -----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com quinze votos a favor, doze do PSD e três do CDS-PP, e quinze abstenções, treze do PS e duas do GCE.** -----

----- **32. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PARA CONCESSÃO, POR CONCURSO PÚBLICO, DA EXPLORAÇÃO DO BAR DA PISCINA DA CALDEIRA NA VILA DAS LAJES.** -

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com os anteriores. -----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com quinze votos a favor, doze do PSD e três do CDS-PP, e quinze abstenções, treze do PS e duas do GCE.** -----

----- **33. DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL DA PRAIA DA VITÓRIA.** -----

----- **O Presidente da Mesa** informou que tinha sido proposto o Sr. Presidente de Junta de Freguesia da Vila das Lajes – César Leandro da Costa Toste. -----

----- **Submetida à votação, por escrutínio secreto, a proposta foi aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor e cinco abstenções.** -----

----- **APROVAÇÃO POR MINUTA:** -----

----- Tendo a Câmara invocado urgência na entrada em vigor das deliberações desta Assembleia, foi proposto à Assembleia que a ata, quanto às deliberações dos pontos da ordem de trabalhos fosse, aprovada em minuta, tendo em conta a sua importância e de acordo com o número três do artigo número noventa e três da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro. -----

----- **A Assembleia aprovou a ata, por minuta, por unanimidade.** -----

----- Terminados os trabalhos, eram vinte horas e trinta minutos, e não havendo mais nada a tratar, o **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu a todos e deu por terminados os trabalhos da quinta sessão ordinária do ano de dois mil e vinte e um, da

qual, para constar, se lavrou a presente ata, que, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia.-----

Ass: _____

Ass: _____

—

—



27/12
[Signature]

Voto de Protesto

Numa Região Arquipelágica como é os Açores, as ligações aéreas são essenciais para aspetos como sejam, as questões sociais, culturais e económicas.

Na ilha Terceira registou-se nos últimos anos um grande investimento, quer público, quer privado no setor do turismo, tendo por base a expectativa de aumento de ligações aéreas ao exterior, com o natural aumento do fluxo de passageiros, expectativas que em 2021, não só foram goradas, como, se registou a certeza de diminuição de passageiros, desde logo com o fim dos encaminhamentos gratuitos para passageiros não residentes.

A questão da acessibilidade aérea à ilha Terceira, debatida já há algum tempo, sofreu em 2021 um grande retrocesso, seja com a assunção por parte de um membro do Governo Regional do potenciar da centralidade do Aeroporto de Ponta Delgada, logo, em detrimento do Aeroporto das Lajes, seja com a decisão de acabar com os encaminhamentos gratuitos para passageiros não residentes, situação que afeta a coesão Regional e prejudicará sobremaneira a ilha Terceira.

Com o novo caderno de encargos para o transporte aéreo inter-ilhas, as novas obrigações de serviço público acabaram com os encaminhamentos gratuitos inter-ilhas, para passageiros não residentes, o que vai provocar relevantes quebras no turismo da ilha Terceira, atendendo a que 80% dos voos estão concentrados na gateway de Ponta Delgada.

Esta é uma questão demasiado importante e as consequências que dela advirão são demasiado relevantes para que a Assembleia Municipal da Praia da Vitória não lavre o seu protesto.

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista apresenta o seguinte Voto de Protesto:

A Assembleia Municipal da Praia da Vitória, protesta de forma veemente, contra o fim dos encaminhamentos gratuitos para passageiros não residentes, que provocará uma substancial quebra de passageiros no aeroporto das Lajes, potenciando um decréscimo na atividade turística da ilha.



Que do presente Voto de Protesto seja dado conhecimento à Presidência do Governo Regional dos Açores e à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Praia da Vitória, ~~20~~²³ de dezembro de 2021

Os Membros da Assembleia Municipal



27/12
[Signature]

Grupo de Cidadãos Eleitores "Esta é a Nossa Praia!"

PROPOSTA

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE EDUARDO MANUEL BARCELOS

Eduardo Manuel Barcelos nasceu na Praia da Vitória a 11 de julho de 1944 e faleceu a 10 de julho de 2021.

Eduardo Barcelos, como ficou conhecido no futebol açoriano, foi jogador do Sport Club Praiense entre meados dos anos 60 e a primeira metade dos anos 70. Foi um dos expoentes máximos do futebol terceirense e açoriano. Notabilizou-se como um avançado com uma grande capacidade de finalização, tendo contribuído de forma ativa e decisiva para a conquista de vários títulos desportivos para os "encarnados da Praia".

Fez a sua formação desportiva no União Desportiva Praiense e no Sport Club Praiense, sendo mais tarde um dos grandes símbolos da sua equipa sénior, formando, juntamente com Valentim Lestinho, uma dupla de avançados "temível" para qualquer adversário. Eduardo marcou dezenas de golos ao serviço do seu Praiense, tendo sido Tricampeão Açoriano, 1969/70, 1970/71 e 1971/72, naquelas que foram as épocas de ouro daquele clube, em que os "encarnados da Praia" ganharam tudo o que havia para ganhar, contribuindo decisivamente para o título de Campeão da Ilha Terceira e Campeão Açoriano, e de onde se destacam as épocas 1969/70, 1970/71 e 1971/72. Eduardo foi um dos grandes obreiros desses títulos que levaram mais longe o nome do Sport Clube Praiense, da Cidade da Praia da Vitória e do Concelho.

Eduardo desenvolveu a sua atividade profissional na Camara Municipal da Praia da Vitória e, apesar do seu estatuto de atleta amador, atingiu como jogador um elevado patamar de reconhecimento na Ilha Terceira e nos Açores, sendo considerado como um dos pontas de lança de eleição do futebol açoriano. A sua "raça" e dedicação ao clube fez com que, muitas vezes, no limite do sacrifício físico se disponibilizasse para ajudar a sua equipa nos momentos decisivos como um goleador de eleição.

Eduardo Barcelos foi sempre um sócio ativo e participativo na vida do SC Praiense, tendo sido dirigente durante vários anos, dando assim ainda mais esse contributo àquela instituição.

Assim, de acordo com as disposições legais e regimentais aplicáveis, os Deputados Municipais eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores "Esta é a nossa Praia" propõem à Assembleia Municipal da Praia da Vitoria que seja aprovado o voto de pesar pelo falecimento do Cidadão e atleta exemplar Sr. Eduardo Manuel Barcelos.

Que do presente voto seja dado conhecimento à sua família e ao Presidente da Assembleia Geral do Sport Club Praiense.

Praia da Vitória, 27 de dezembro de 2021.

Pelos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores "Esta é a nossa Praia".

A stylized, handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke extending to the right.

(Bruno Borges)

A handwritten signature in black ink, featuring the letters 'M', 'B', and 'T' in a stylized, interconnected manner.

(Miguel Bettencourt)



27/12
ph

Grupo de Cidadãos Eleitores "Esta é a Nossa Praia!"

PROPOSTA

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOÃO MANUEL DOS SANTOS RODRIGUES

João Manuel dos Santos Rodrigues, nascido em Angra do Heroísmo a 21/2/1948, licenciado em Medicina no ano de 1979, em Lisboa.

Regressou à ilha Terceira em 1981, tendo sido colocado no Centro de Saúde de Angra do Heroísmo. Dois anos depois inicia funções no centro de saúde da Praia da Vitória, onde permaneceu até à data da sua aposentação em 2015. O desejo de servir na Praia da Vitória esteve ligado à cidade onde o pai, Dr. António Rodrigues, também médico, exerceu a sua profissão e ao facto de residir nesta cidade. Exerceu medicina dentária no consultório do pai durante vários anos ao mesmo tempo que trabalhou no Centro de Saúde como médico de clínica geral e familiar. Trabalhou durante mais de 30 anos no Lar D. Pedro V, onde exerceu o cargo de director clínico dos cuidados continuados, desde a sua criação. Integrou a comissão de protecção de menores ao longo de vários anos e liderou o movimento de cidadãos pela manutenção da urgência do Centro de Saúde da Praia da Vitória durante 24 horas por dia. Este movimento foi bem sucedido já que, contra aquilo que estava previsto, a urgência continua até hoje, em atendimento permanente sem qualquer alteração.

Depois de se reformar continuou a trabalhar em regime de contracto com a Unidade de Saúde da Ilha Terceira durante 3 anos, exercendo funções clínicas nas freguesias de São Brás, Altares, Raminho e Serreta. Em 2019 manteve-se apenas em São Brás, durante 4 meses, trabalhando em regime pro bono. Faleceu no dia 21 de Outubro de 2021, com 73 anos de idade.


Assim, de acordo com as disposições legais e regimentais aplicáveis, os Deputados Municipais eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores "Esta é a nossa Praia" propõem à Assembleia Municipal da Praia da Vitória que seja aprovado o voto de pesar pelo falecimento do Cidadão João Manuel dos Santos Rodrigues.

Que do presente voto seja dado conhecimento à sua família.

Praia da Vitória, 27 de Dezembro de 2021.

Pelos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores "Esta é a nossa Praia".


(Bruno Borges)


(Miguel Bettencourt)



27/12
[Signature]

Grupo de Cidadãos Eleitores "Esta é a Nossa Praia!"

PROPOSTA

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOÃO VALENTIM BORGES LESTINHO

João Valentim Borges Lestinho nasceu na Praia da Vitória a 14 de fevereiro de 1945 e faleceu a 30 de setembro de 2021.

Valentim, como ficou conhecido no futebol açoriano, foi jogador do Sport Club Praiense durante a segunda metade da década de 60 e na primeira metade da década de 70. Notabilizou-se como um avançado com uma grande capacidade de finalização, sendo conhecido pelo seu fino recorte técnico e pelo exímio jogo de cabeça, atributos que fizeram dele um dos mais respeitados jogadores do seu tempo.

Valentim revelou desde jovem uma habilidade nata para a prática desportiva, e, apesar de bom praticamente de Basquetebol, foi no futebol que ganhou o estatuto de um dos melhores do seu tempo. Fez toda a sua formação desportiva no Sport Club Praiense, sendo mais tarde um dos grandes símbolos da equipa sénior, formando, juntamente com Eduardo Barcelos, a mais temida dupla de avançados do futebol açoriano. Valentim marcou dezenas de golos ao serviço do Praiense, contribuindo decisivamente para os títulos de Campeão da Ilha Terceira e Campeão Açoriano, em 1969/70, 1970/71 e 1971/72, épocas de ouro em que os "encarnados da Praia" ganharam tudo o que havia para ganhar.

Profissionalmente, Valentim esteve ao serviço do destacamento norte americano na Base das Lajes, sendo que apenas os seus tempos livres eram dedicados ao desporto, em particular ao futebol.

Valentim foi sempre um sócio ativo e participativo na vida do SC Praiense, tendo sido seu dirigente durante vários anos, dando assim ainda mais esse contributo àquela instituição.

Assim, de acordo com as disposições legais e regimentais aplicáveis, os Deputados Municipais eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores "Esta é a nossa Praia" propõem à Assembleia Municipal da Praia da Vitória que seja aprovado o voto de pesar pelo falecimento do Cidadão e atleta exemplar Sr. João Valentim Borges Lestinho.

Que do presente voto seja dado conhecimento à sua família e ao Presidente da Assembleia Geral do Sport Club Praiense.

Praia da Vitória, 27 de Dezembro de 2021.

Pelos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores "Esta é a nossa Praia".



(Bruno Borges)



(Miguel Bettencourt)



27/12
ph


Voto de Saudação

A Assembleia Municipal da Praia da Vitória, reunida a 27 de dezembro de 2021, saúda o Clube Naval da Praia da Vitória, a sua direção, equipa técnica e todos os voluntários, pela organização do Campeonato do Mundo de Fórmula Foil 2021, prova de windsurf de nível mundial que decorreu na baía da Praia da Vitória entre 29 de novembro e 4 de dezembro. Mais uma vez, ficam evidenciadas as excelentes capacidades organizativas do Clube e as boas condições que a baía da Praia da Vitória oferece para a prática de desportos náuticos, contribuindo para a promoção internacional do Concelho da Praia da Vitória, da Ilha Terceira e dos Açores.

Este voto deve ser dado conhecimento à Direção do Clube Naval da Praia da Vitória, à Direcção Regional do Desporto e à Federação Portuguesa de Vela.

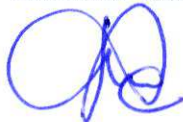
Praia da Vitória, 27 de dezembro de 2021

Os Deputados Municipais do CDS-PP,


Pedro Pinto


Diana Simões

Valdemar Toste





Grupo de Cidadãos Eleitores “Esta é a Nossa Praia!”

PROPOSTA

VOTO DE LOUVOR AO CIDADÃO LUÍS GIL BETTENCOURT

Há pessoas que fazem apenas. Mas há outras que “fazem fazer”.

O Luis Gil Bettencourt é uma alma irrequieta. Sempre foi, desde que nasceu, em 1956, na Base das Lajes.

Talvez por ter nascido num lugar com asas, habituada a voos, partiu das Lajes em 1971 para os Estados Unidos da América, onde estudou e trabalhou, fundando com seus irmãos, entre outros, o grupo de rock progressivo Viking, que, em poucos meses, se tornaria um dos grupos mais importantes da cidade de Boston.

Mas já deixara na Terceira muitas notas, desde muito novo tocando em grupos de baile, como “Os czares”, os “Mini Sombras Faíscas”, “Rice Machine Revival” e “Os Sombras”.

Em 1984 regressou aos Açores e desde esse ano nunca mais deixou de fazer e de fazer fazer. Gravou discos, como o Empty Space, Bilingue, Antero de Quental, Vitorino Nemésio, Natália Correia, Viola da Terra, estando em produção novo trabalho com José Luis Peixoto.

Colaborou em muitos outros discos: Trás-Os-Montes, de Né Ladeiras, Monte Formoso, da Brigada Victor Jara, Alabote, de Zeca Medeiros, Carlos Alberto Moniz, Maria Bettencourt e Fronteira, de António Bulcão.

Produziu ainda os discos: Monte Formoso da Brigada Victor Jara, Sete Anos de Música da RTP-Açores, Maria Bettencourt (co-produção), Não Nos Falta Mar, de António Bulcão, Susana Coelho Trio e Victor Cruz.

Foi responsável pelas bandas sonoras das séries televisivas Xailes Negros e o Barco e o Sonho, de um documentário sobre a vida de José Saramago e de um Jingle de Publicidade ao tabaco Bingo.

Dos seus principais concertos, destacam-se o de 1986 - Lisboa Capital da Paz / Torre de Belém, Lisboa, o de 1987, na Aula Magna com a Gulbenkian / Lisboa, o de 1989, no Teatro São Luiz / Lisboa, o acontecido na Rua da Sé em Angra do Heroísmo, integrado na primeira Presidência Aberta do Presidente da República Mário Soares e os dados em 2019/20 com a Filarmónica União Praise e Banda Harmonia Mosteirense.

A partir de 1990, liderou o grupo de música popular Cantinho da Terceira, em 1997 criou a Lira Açoriana e em 1998 foi Comissário Cultural dos Açores à Expo 98.

Realizou os seguintes vídeos: do seu próprio trabalho musical, Dreams, Searching, Quem Me Dera, de sua filha Maria Bettencourt, No Chip in My Brain, Color Blind, Free, Drift Away, Beauty in Goodbye, a série televisiva Vivências e Leslie Garret - Ópera / Londres.

Foi ainda autor dos musicais e operetas Ilha Décima - Expo 98 e Dia de São Vapor.

Nos Açores, criou os seguintes festivais: Maré de Agosto – Santa Maria, Festival dos Moinhos – Corvo, Rota dos Bons Ventos – Faial, Festa da Filarmónica - Calheta do Nesquim, Pico e Curiosidades - Pinhal da Paz, São Miguel.

Na Praia da Vitória, criou ainda os festivais Jazz: Sons de uma longa história e Festival do Ramo Grande.

Foi mentor do Auditório do Ramo Grande, que passou a ser a sua primeira casa, a partir do momento em que abriu as portas, nele tendo trabalhado durante 18 anos.

Não foi apenas o cuidador do som, das luzes, dos cenários, que executou sempre com muito bom gosto e conhecimento. Foi o anfitrião dos artistas que pelo Auditório foram passando, já que os conhecia e era por eles respeitado. Foi um zeloso mordomo daquele espaço cultural, cuidando do mais ínfimo pormenor para que tudo corresse na perfeição.

O Luis continuará a andar por aí, certamente. A fazer e a “fazer fazer”.

Mas, neste momento em que, depois de ter trabalhado com 3 presidentes de Câmara, deixa o lar onde sempre podia ser encontrado, é da mais elementar justiça a comunidade praiense lavar o seu reconhecimento, expressar a sua gratidão, e deixar para a posteridade o seu louvor.

Por um Homem que foi, é, e sempre será, um praiense distinto, um dos nossos.

Que do presente voto seja dado conhecimento ao próprio.

Praia da Vitória, 27 de Dezembro de 2021.

Pelos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores “Esta é a nossa Praia”.

(Bruno Borges)

(Miguel Bettencourt)

Assinado por: **MIGUEL DA COSTA E BETTENCOURT**
Num. de Identificação: 10821329
Data: 2022.01.20 11:03:49-01'00'

Assinado por: **BRUNO MANUEL DE AGUIAR BORGES**
Num. de Identificação: 12778948
Data: 2022.01.20 11:44:21-01'00'





Grupo de Cidadãos Eleitores “Esta é a Nossa Praia!”

RECOMENDAÇÃO

RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA DA VITÓRIA

Considerando a proposta do Plano e Orçamento para 2022 da Câmara Municipal da Praia da Vitória;

Considerando que do Plano e Orçamento do Município da Praia da Vitória para 2021 constava uma rubrica com uma verba a atribuir à Praia Ambiente no valor total de 60.000 euros/anuais para a isenção do pagamento da Fatura da água das Juntas de Freguesia e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS);

Considerando que ao abrigo da legislação em vigor, existe a possibilidade de o Município realizar protocolos com as empresas municipais para transferências correntes de contrapartidas financeiras de custos assumidos por aquelas entidades que não são da sua competência;

Considerando a situação pandémica que ainda se vive e as naturais dificuldades de tesouraria quer das Juntas de Freguesia quer das IPSS;

Assim, de acordo com as disposições legais e regimentais aplicáveis, os Deputados Municipais eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “Esta é a nossa Praia” propõem à Câmara Municipal da Praia da Vitória a realização de um Contrato Programa entre o Município da Praia da Vitória e a Praia Ambiente, denominado “Compensação às Juntas de Freguesia e IPSS’s”, para a isenção do pagamento da Fatura da Água das Juntas de Freguesia e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) durante o ano de 2022, no valor total anual de 60.000 euros.

E que a respetiva verba a afetar a essa nova rubrica seja retirada do Saldo de Gerência de 2021 a transitar e a ser apurado no início de 2022, e que representa um acréscimo de receita para o orçamento de 2022.

Pelos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores “Esta é a nossa Praia”.

(Bruno Borges)

(Miguel Bettencourt)

Assinado por: **MIGUEL DA COSTA E BETTENCOURT**
Num. de Identificação: 10821329
Data: 2022.01.21 08:53:42-01'00'

Assinado por: **BRUNO MANUEL DE AGUIAR BORGES**
Num. de Identificação: 12778948
Data: 2022.01.23 20:46:59-01'00'

